FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

Núcleo de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM JI-PARANÁ PELO IDS-J

ANA PAULA BALDEZ SANTOS

PORTO VELHO (RO)

2010

S2373a SANTOS, Ana Paula Baldez.

Análise do desenvolvimento social em Ji-Paraná pelo IDS-J. / por Ana Paula Baldez Santos. Porto Velho, Rondônia, 2010.

77f. ; Il. tabelas; 21x29,7 cm.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação da UNIR) – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, 2011.

Orientador (a): Prof. Dr. Manuel Antônio Valdes Borrero.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Índice de Desenvolvimento Social Justo. 4. Ji-Paraná.
I. BORRERO, Manuel Antônio Valdés. II. Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário: EDSON RODRIGUES CAVALCANTE CRB 11/677

Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências e Tecnologia

ANA PAULA BALDEZ SANTOS

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM JI-PARANÁ PELO IDS-J

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Manuel Antonio Valdés Borrero, Dr.

Porto Velho (RO)
2010

ANA PAULA BALDEZ SANTOS

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM JI-PARANÁ PELO IDS-J

Dissertação julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia.

Profº Dr. Vanderley Rodrigues Bastos
Coordenador do Programa

Banca Examinadora

_____
Prof. Dr.Manuel Antonio Valdés Borrero
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

_____
Prof. Dr. Vanderlei Maniesi
Membro Titular

_____
Prof. Dr. João Vicente André
Membro Titular

_____
Profº Dr. Artur de Souza Moret
Membro Substituto

Porto Velho 26 de fevereiro de 2010.

Porto Velho (RO)
2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos moradores da cidade de Ji-Paraná, em especial, às famílias que lá residem e se encontram em situação de vulnerabilidade, na esperança de contribuir para a discussão da sua problemática e a garantia da sua liberdade de direitos sociais.

AGRADECIMENTOS

Ao Coordenador do Mestrado Prof. Dr. Wanderlei Bastos, exemplo de profissional voltado ao bem coletivo no exercício da docência.

Ao Prof. Dr. Manoel Valdés, orientador deste trabalho, pela sua atenção e paciência diante das minhas limitações, acima de tudo por ter emprestado seu conhecimento para que eu conquistasse o meu.

Ao Prof. Dr. Artur Moret, pela sua atenção e por ter me ensinado que a humildade é uma virtude.

Aos professores Dr. João Vicente André e Dr.Vanderlei Maniesi pelas orientações precisas e críticas necessárias.

Agradeço a mestre Rudmeire da Silva pelo material fornecido e a disposição em indicar caminhos.

Aos colegas de trabalho do Tribunal de Justiça de Rondônia e da FIMCA, que entenderam as minhas ausências no trabalho.

As minhas alunas do CEULJI e da FIMCA, meu muito obrigado por terem compartilhado comigo os momentos de angústia e dificuldades.

Aos magistrados Dr. Sergio William Domingues Teixeira e a Drª. Ana Valéria de Queiroz S. Ziparro, que não podaram meu sonho de voar alto.

Às companheiras de jornada (de Ji-Paraná e Porto Velho) por terem me motivado a continuar, pois sabiam que havia pedras no caminho, mas também sabiam que “tantas pedras no caminho não seriam ruins.”

Agradeço especialmente a minha família (pais, marido e filhos), por terem suportado as minhas variações de humor, as minhas ausências e me dado forças para continuar quando eu mesma não acreditava que seria possível.

“A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.”

(Amartya Sen)

RESUMO

Faz algum tempo que a discussão sobre os diferentes níveis de desenvolvimento econômico entre países e regiões ocupa o centro das atenções de cientistas de diversas áreas. A formulação de indicadores do crescimento das riquezas nacionais, utilizando-se, para tanto, indicadores macroeconômicos como a Renda per capita, Produto Interno Bruto (PIB) e/ou Produto Nacional, foram os primeiros resultados teóricos e práticos dessas discussões. A construção de um modelo sustentável de desenvolvimento econômico e social tem sido o foco das mais recentes políticas públicas, mas até hoje não tem passado de uma utopia. Países, estados, municípios e regiões buscam o tão almejado desenvolvimento econômico e social no meio de uma economia de mercado cada vez mais instável e de intervenção estatal cada vez mais intermitente. Os resultados não poderiam ser diferentes de uma aguda exclusão social e de uma distribuição desigual dos benefícios econômicos, sociais, culturais e políticos. É nesse contexto, de um conceito sempre em aperfeiçoamento, que este estudo se propôs a analisar o desenvolvimento pelo social na cidade de Ji-Paraná do Estado de Rondônia, mediante a construção do Índice de Desenvolvimento Social Justo IDS-J. A cidade de Ji-Paraná, segunda cidade do Estado em termos populacionais e econômicos, alvo desta pesquisa, em virtude de ser a realidade próxima da autora, demonstrou que crescimento econômico não implica necessariamente desenvolvimento social. Para a avaliação do estágio de desenvolvimento social do município de Ji-Paraná optou-se pela agregação e adaptação de metodologias de avaliação do desenvolvimento social, principalmente, o Índice de Exclusão Social elaborado para São Paulo e o Índice de Desenvolvimento Social do Ceará, concomitantemente com os estudos sobre o Desenvolvimento Sustentável (DS) do Pará, de Rondônia, de Guajará Mirim e o IDH-M de Porto Velho. Neste estudo, avaliou-se o desenvolvimento social do município de Ji-Paraná através da construção de um índice com as principais dimensões da vida social (renda, educação, qualidade de vida e ambiental), que para o cálculo foram denominadas de Utopias (autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e política). O IDS-J encontrado para a cidade de Ji-Paraná, de **0,35,** coloca este município em uma situação não confortável de sustentabilidade. O índice descreve um desenvolvimento excludente, em que a maioria da sociedade do município não usufrui dos benefícios da economia local e/ou as políticas sociais não permitem homogenizá-lo. Nesta conclusão, as utopias que mais contribuíram para este déficit foram as de autonomia (0,4), a de desenvolvimento humano e educação (0,026) e a da qualidade de vida (0,43). Assim, a população em questão não está apta para satisfazer suas necessidades básicas devido a má distribuição de renda, da mesma forma que o baixo nível de escolaridade tornar-se um obstáculo para sua inserção no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Índice, Desenvolvimento econômico, Desenvolvimento social, Índice de Desenvolvimento Social

ABSTRACT

Made time that the discussion about the different levels of economic development among countries and regions is at the center of attention of scientists from various areas. The formulation of indicators of the growth of national wealth, using to this end, macroeconomic indicators such as Income Per Capita, Gross Domestic Product (GDP) and / or National Product, were the first theoretical and practical results of those discussions. Building a sustainable model of economic and social development has been the focus of recent public policy, but until today has gone from a utopia. Countries, states, cities and regions seeking the much desired social and economic development in the midst of a market economy increasingly unstable and state intervention increasingly intermittent. The results could not be different from an acute social exclusion and unequal distribution of economic, social, cultural and political. In this context, a concept ever further, that this study was to examine the social development in the city of Ji-Paraná Rondônia State, through the construction of the Index of Social Development Fair IDS-J. The city of Ji-Parana, second city of the state in terms of population and economic aims of this research, because the reality of being close to the author, showed that economic growth does not necessarily imply social development. For assessing the stage of social development in the city of Ji-Parana opted for the aggregation and adaptation of methodologies for assessment of social development, especially the Social Exclusion Index prepared for Sao Paulo and Social Development Index of Ceará, in conjunction with Studies on Sustainable Development (SD) of Para, Rondonia, Guajará Mirim and the HDI-M of Porto Velho. In this study, we evaluated the social development of the city of Ji-Paraná by constructing an index with the key dimensions of social life (income, education, quality of life and environmental), which were named for the calculation of Utopias (autonomy , quality of life, human development and politics). The IDS-J found for the city of Ji-Parana, 0.35, places the city in a comfortable situation is not sustainable. The index describes an exclusive development, where the majority of society in the municipality does not enjoy the benefits of the local economy and / or social policies do not allow homogenise it. This finding, the utopias that most contributed to this deficit were those of autonomy (0.4), human development and education (0.026) and quality of life (0.43). Thus, the population in question is unable to meet their basic needs due to poor income distribution, the same way that the low level of education become an obstacle to their integration into the labor market.

Keywords: Index, Economic Development, Social Development, Social Development Index

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Demonstrativo sintético de metodologias para construção do índice de desenvolvimento social.....	32
Quadro 2	Descrição das despesas municipais com Educação e Saúde....	43
Quadro 3	Metodologia da construção dos indicadores do IEX/SP/1996.....	48
Quadro 4	Descrição dos padrões territoriais de exclusão/inclusão social do IEX/SP.....	50
Quadro 5	Apresentação da Composição do IDS-CE por indicador.....	52
Quadro 6	Critérios de indicação de desempenho do IDS-J.....	54
Quadro 7	Demonstrativo das dimensões do IDS-J.....	54
Quadro 8	Resultado final do IDS-J.....	63
Quadro 9	Cálculo dos Indicadores das Utopias autonomia e Desenvolvimento Humano	71
Quadro 10	Cálculo dos Indicadores das Utopias Qualidade de Vida e Ambiental	72
Quadro 11	Cálculo dos Indicadores das Utopias Qualidade de Vida e Ambiental - continuação	73
Quadro 12	Cálculo dos Indicadores da Utopia Política	74
Quadro 13	Cálculo dos Indicadores da Utopia Política - continuação	75
Quadro 14	Cálculo dos Indicadores da Utopia Política - continuação	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Rondônia.....	37
Figura 2	Gráfico demonstrativo do rendimento médio dos chefes de família de Ji-Paraná.....	41
Figura 3	Gráfico demonstrativo da percentagem da população de Ji-Paraná com abastecimento de água.....	41
Figura 4	Gráfico demonstrativo da percentagem do tipo de esgotamento sanitário.....	42
Figura 5	Gráfico demonstrativo da percentagem do destino do lixo em Ji-Paraná	43
Figura 6	Gráfico demonstrativo de escolaridade dos chefes de família em Ji-Paraná	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente por grupos de idade e alfabetizadas de Ji-Paraná.....	39
Tabela 2	Demonstrativo do cálculo do IEX/SP.....	49
Tabela 3	Esquema dos indicadores transformados da utopia autonomia.....	59
Tabela 4	Esquema dos indicadores transformados da utopia desenvolvimento humano.....	60
Tabela 5	Esquema dos indicadores transformados de qualidade de vida e ambiental.....	61
Tabela 6	Esquema dos indicadores transformados da utopia política.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CSD – Comission on Sustainable Development

DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte o Brasil

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação

FURNAS – Centrais elétricas FURNAS

IASAM - Índice Agregado de Sustentabilidade da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IDEBE – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IDS/IBGE – Índice de Desenvolvimento Sustentável

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDS- J – Índice de desenvolvimento social justo

IEX – Índice de Exclusão Social

IGP – Indicador Genuíno de Progresso

INAE – Índice Nacional de Altos Estudos

INCRA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

ISA - Índice de Sustentabilidade Ambiental

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP

NUAR – Núcleo administrativo rural

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN – Projeto de Integração Nacional

PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOAMAZONIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REBIOJARU – Reserva Biológica de Jaru

SEPLAN/CE – Secretaria de Planejamento e Coordenação do Ceará

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, para a ciência e a cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Organização das Nações Unidas para a Infância e Juventude

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
1.1 - Contextualização da Pesquisa 14
1.2- Apresentação do Problema 15
1.3 - Pressupostos do problema da pesquisa 16
1.4 – Objetivos 17
1.4.1 – Objetivo Geral 17
1.4.2 – Objetivos Específicos 17
1.5 - Justificativa e relevância da pesquisa 17
1.6 – Estrutura da Dissertação 18

2. CONTRIBUIÇÕES AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO 20
2.1 - Em busca de uma definição de desenvolvimento 20
2.2 - Definições práticas de desenvolvimento 22
2.3 - O desenvolvimento social: um conceito de desenvolvimento 25
2.4 - Avanços na avaliação de desenvolvimento 27

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO EM ESTUDO: JI-PARANÁ 33
3.1 - Origem e formação do município 33
3.2 - Evolução econômica de Ji-Paraná 35
3.3 - Evolução Social de Ji-Paraná 38

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 45
4.1 – A construção do IDS-J 45
4.1.1 – Base metodológica para a construção do IDS-J 46
a) Índice de Exclusão Social da cidade de São Paulo (IEX/SP) 46
b) Índice de Desenvolvimento Social do Ceará (IDS/CE) 50
4.1.2 - Construindo a proposta do IDS-J 53
4.1.3 - Transformação das variáveis em índices 55
4.2 - Tratamento e apresentação dos resultados 56
4.3 - Tipo de Pesquisa 56
4.4 - Limitações do trabalho 57

5. RESULTADOS E AVALIAÇÃO DO IDS-J PARA JI-PARANÁ 58
5.1 - Resultados da utopia Autonomia 58
5.2 - Resultados da utopia Desenvolvimento Humano 59
5.3 - Resultados da utopia Qualidade de Vida 60
5.4 - Resultados da utopia Política 61
5.5 - Resultados do IDS-J para Ji-Paraná 62

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS 64
REFERÊNCIAS 66
APÊNDICE - Descrição dos cálculos dos indicadores componentes do IDS-J 70

INTRODUÇÃO

1.1- Contextualização da pesquisa.

Faz algum tempo que a discussão sobre os diferentes níveis de desenvolvimento econômico entre países e regiões ocupa o centro das atenções de cientistas de diversos ramos. A formulação de indicadores do crescimento das riquezas nacionais utilizando-se, para tanto, indicadores macroeconômicos como a Renda Per Capita, Produto Interno Bruto (PIB) e/ou Produto Nacional, foi o primeiro resultado teórico e prático dessas discussões.

Com o passar do tempo observou-se que a despeito do crescimento e nível do PIB, persistiam altos níveis de pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais na maioria dos países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Assim, novos raciocínios enriqueceram as discussões em termos de desenvolvimento, passando a considerar que crescimento econômico não era condição suficiente para garantir o desenvolvimento (JANNUZZI, 2002).

Diferentemente de momentos em que a evolução dos conceitos se deu no âmbito da ciência, o tratamento do conceito de desenvolvimento de forma mais ampla, e não exclusiva ao âmbito econômico, se deu pela própria sociedade civil organizada a partir do momento que percebeu que seus interesses individuais e coletivos estavam sendo afetados pelos interesses de mercado. O reducionismo do desenvolvimento aos aspectos econômicos transformou a dimensão social em um cruel espaço de desigualdade entre os homens e conseqüentemente de destruição da natureza. Ficou claro que não podia existir desenvolvimento com exclusão social, pobreza e desigualdade de oportunidades para a maioria dos membros da sociedade. É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios acumulam-se longe da massa da população, impedindo-a de participar não só dos frutos da riqueza como da sua produção (MARTINS, 2002).

A discussão política e acadêmica sobre a necessidade de incorporação de indicadores sociais ao conceito de desenvolvimento ganhou vulto em meados dos anos sessenta quando, por iniciativa de instituições internacionais como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, para a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da

Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Infância e Juventude (UNICEF) e a Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), incluíram a perspectiva social na elaboração dos planos de desenvolvimento.

Nesse novo cenário do conceito de desenvolvimento, Amartya Sen e Ignacy Sachs defendem que uma caracterização consistente da sustentabilidade social do desenvolvimento deve ter como base os valores primordiais de equidade e democracia. Entendendo democracia, segundo Sachs, a apropriação efetiva de todos os direitos humanos – políticos, civis, econômicos, sociais e culturais – por todas as pessoas e que segundo Sen apud Sachs (2007), a democracia deve aumentar continuamente a capacidade das pessoas de fazerem e serem aquilo que tem razão em valorizar (SACHS, 2007).

Assim historicamente, de acordo com interesses diversos, foram sendo agregados adjetivos ao termo desenvolvimento passando pelo social, humano, local, endógeno e sustentável com o intuito de cobrir as lacunas deixadas por indicadores muito abrangentes, contudo desenvolvimento deve ser antes de tudo social, pois o fim último desse emaranhado conceito é a sociedade.

É nesse contexto, de um conceito sempre em aperfeiçoamento, que este estudo se propõe a analisar o desenvolvimento pelo aspecto social na cidade de Ji-Paraná do Estado de Rondônia.

1.2- Apresentação do problema da pesquisa.

A construção de um modelo sustentável de desenvolvimento econômico e social tem sido o foco das mais recentes políticas públicas, mas até hoje não tem passado de uma utopia. Países, estados, municípios e regiões buscam o tão almejado desenvolvimento econômico e social no meio de uma economia de mercado cada vez mais instável e de intervenção estatal cada vez mais intermitente. Os resultados não poderiam ser diferentes de uma aguda exclusão social e de uma distribuição desigual dos benefícios econômicos, sociais, culturais e políticos.

Daí que a ONU passou a se preocupar tanto com os direitos humanos quanto com a noção de desenvolvimento no decorrer dos últimos 50 anos e desde então a sua concepção de desenvolvimento tem se enriquecido consideravelmente.

A idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de adjetivos: econômico, social,

cultural, naturalmente político e sustentável. Por último, e o mais recente acréscimo, foi o epíteto humano. O desenvolvimento humano significa ter como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres, do homem em lugar da multiplicação simplesmente material (SACHS, 2007, p.352).

Durante a década de setenta constatou-se que a industrialização, o mesmo processo de industrialização que alavancaria o desenvolvimento econômico e social, gerou acidentes ambientais irreversíveis e, por sua vez, acelerou a distância entre pobres e ricos. Os movimentos sociais surgidos à época passaram a questionar não somente o papel da classe dominante economicamente mas, também, o papel do Estado e a sua insuficiente ação institucional para efetivação de políticas públicas eficazes que consolidassem um modelo alternativo de desenvolvimento.

A cidade de Ji-Paraná (antiga Vila de Rondônia), objeto desta pesquisa, teve sua origem vinculada ao processo de colonização de Rondônia. Essa cidade funcionou como receptora da migração, principalmente, matogrossenses, paulistas e nordestinos, que se alojaram na região como resultado de uma política desenvolvimentista do governo brasileiro na década de sessenta. Daí que tenha iniciado seu crescimento em atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, pois essas atividades estavam muito enraizadas na população ocupante.

Na atualidade, Ji-Paraná é o segundo município em importância econômica no Estado, perdendo apenas para Porto Velho. Possui um PIB per capita de R$10.412,00[1] e uma população de 107.800[2] habitantes. Assim sendo, cabe averiguar qual o nível de desenvolvimento social desse município, apesar dos avanços tidos na área econômica.

Assim sendo, pode-se resumir a questão da pesquisa: Qual o nível de desenvolvimento social do município de Ji-Paraná do estado de Rondônia?

1.3- Pressupostos do problema de pesquisa

Pesquisar o nível de desenvolvimento social do município de Ji-Paraná significa explicar o desenvolvimento através de uma única dimensão, a social. Essa proposta está alicerçada no estabelecimento de alguns pressupostos teóricos, que se apresentam a seguir.

Pelo exposto até aqui, mesmo tendo o conceito de desenvolvimento evoluído para algo mais complexo que a dimensão econômica e mesmo acrescentando diversos adjetivos à sua

[1] Dados IBGE/GEP/SEPLAN-RO (2007)
[2] Dados IBGE/2007

essência, o social continua prevalecendo perante as outras dimensões, pois desenvolvimento precisa ser, antes de tudo, humano. Assim, é possível presumir que, a dimensão social explica corretamente o nível de desenvolvimento de uma região considerando os resultados das políticas públicas implantadas para o bem-estar social.

Por outro lado, e em conseqüência da questão anterior, é necessário compilar um conjunto abrangente de indicadores sociais que expliquem eficientemente o nível de desenvolvimento de uma região. Não se pode inferir que uma sociedade é desenvolvida considerando apenas indicadores do desempenho econômico ou da produção material.

1.4- Objetivos da pesquisa

Geral

Analisar qualitativamente o desenvolvimento social do município de Ji-Paraná no Estado de Rondônia mediante a construção do Índice de Desenvolvimento Social Justo (IDS-J).

Específicos

- Selecionar, na literatura, o conceito de desenvolvimento em suas várias interpretações;
- Relacionar indicadores da dimensão social do município de Ji-Paraná;
- Levantar as informações necessárias para a construção do índice e realizar a análise pertinente;
- Propor metodologia de avaliação da dimensão social pelo Índice de Desenvolvimento Social Justo (IDS-J).

1.5- Justificativa e relevância da pesquisa.

Dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento do conceito de desenvolvimento na sua dimensão social é muito importante pois, esse conceito, ainda está em construção e em constantes renovações, revelando assim a importância teórica desta pesquisa sobre o desenvolvimento pelo social.

De fato a análise de um município da Amazônia, hoje espaço cobiçado por grandes investimentos em prol do desenvolvimento econômico e social da região, torna esta pesquisa relevante. O atual projeto desenvolvimentista do governo Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), transforma a Amazônia, em especial Rondônia, uma janela virada para o

mundo, para indagações e conjecturas sobre o impacto do desenvolvimento econômico no social, uma vez que o discurso oficial sobre o Complexo Hidrelétrico do Madeira propaga que Porto Velho poderá alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e social, contudo verifica-se que apesar do contínuo crescimento da economia de Rondônia no cenário norte e nacional, ainda persistem as mesmas características de um desenvolvimento social atrasado.

A cidade de Ji-Paraná, segunda cidade do Estado em termos populacionais e econômicos, alvo desta pesquisa, em virtude de ser a realidade próxima da autora, também há de demonstrar que crescimento econômico não implica necessariamente desenvolvimento social.

1.6 - Estrutura da Dissertação

Este trabalho foi estruturado considerando a relevância do tema e a iniciativa em destacar a cidade de Ji-Paraná como estudo de caso do desenvolvimento sustentável com foco na dimensão social.

O trabalho está constituído de cinco partes, onde a primeira especifica a intenção da autora em discutir, no meio acadêmico, a dimensão social como condição precípua para o alcance de um desenvolvimento sustentável em uma determinada região. Essa parte introdutória contextualiza o tema e sua problemática, e delimita os objetivos que se quer alcançar.

O desenvolvimento do trabalho está apresentado pelo referencial teórico em torno de um consenso sobre a definição de desenvolvimento sob vários aspectos dimensionais, entre eles a discussão histórica de desenvolvimento visto apenas como crescimento econômico e a defesa intransigente de que não há desenvolvimento sem que as necessidades básicas do homem estejam satisfeitas. Nesta segunda parte do trabalho, optou-se por contextualizar o local onde se dá o estudo, a cidade de Ji-Paraná, e sua importância no panorama sócio-econômico e político do Estado de Rondônia.

Na quarta parte estão contidos os passos metodológicos utilizados para a construção de um índice que demonstrasse o estágio de desenvolvimento social do município de Ji-Paraná a partir de outras experiências já havidas em cidades brasileiras. Aos esforços empreendidos para a construção desse índice, tendo por indicação o Índice de Exclusão Social da cidade de

São Paulo e o Índice de Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, decidiu-se por denominá-lo de Índice de Desenvolvimento Social Justo –IDS-J.

Na quinta parte foram discutidas as conclusões e considerações sobre o tema, a fim de que estas possam auxiliar futuramente um planejamento municipal que otimize a dimensão social.

Por último, as referências bibliográficas citadas no decorrer do trabalho e o apêndice contendo informações sobre os cálculos da metodologia proposta.

2 CONTRIBUIÇÕES AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

2.1 - Em busca de uma definição de desenvolvimento

Além de considerar desenvolvimento uma utopia, o dicionário da língua portuguesa explica que desenvolvimento é sinônimo de crescimento, progresso ou expansão. Assim, se algo ou alguém é desenvolvido é porque cresceu e/ou se expandiu, dessa forma poderíamos definir que desenvolver é um processo qualitativo de mudanças. Desenvolver significa expandir ou ter consciência de seu potencial para, gradualmente, atingir um estado mais abrangente, maior, ou melhor. Quando algo cresce, torna-se maior. Quando algo se desenvolve, torna-se diferente[3].

Há consenso entre um grupo de especialistas ao afirmarem que, para desenvolver a sociedade, é necessário que ela passe por um processo de crescimento diferenciado ou de evoluções sucessivas, de um estágio menos perfeito a um estágio mais perfeito ou mais altamente organizado, ou seja, é preciso melhorar gradualmente as condições econômicas, sociais e culturais da humanidade, de uma nação ou comunidade.

No intuito de explicar os diversos estágios de desenvolvimento percorridos pela humanidade, historiadores padronizaram periodizações que ordenam os acontecimentos mais importantes ocorridos em períodos marcantes da humanidade, sendo assim denominados: pré-história, antiguidade, idade média, idade moderna e a idade contemporânea. Considera-se que a humanidade obteve seu desenvolvimento graças à busca incessante em satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, pois em cada estágio da historia humana havia um obstáculo a ser superado e, por conseguinte, um avanço em prol daquilo que hoje consideramos evolução social (KIECKHÖFER, 2005).

Entretanto, esses estágios de desenvolvimento da humanidade também têm sido classificados a partir do tipo de relações de poder entre os indivíduos, o grau de desenvolvimento tecnológico e a capacidade de domínio das forças e leis naturais em benefício da sociedade. Assim, registram a idade moderna como um palco de grandes transformações na cultura, na religião, na criação do Estado Moderno e o nascimento do capitalismo.

---

[3] DALY, Herman E. Crescimento Sustentável: Um Teorema da Impossibilidade. 1992.

> Os lucros auferidos pela industrialização mais os obtidos pela agricultura, que se amplia amparada pela tecnologia industrial, formam sólido embasamento financeiro com o qual os países da Europa Ocidental podem, a partir da segunda metade do século XVIII, começar a criar uma infra-estrutura necessária ao processo de desenvolvimento econômico e social em longo prazo e, conseqüentemente, solidificar o capitalismo (KIECKHÖFER, 2005, p.38).

A solidificação do capitalismo dá-se pela busca incessante na obtenção de lucros, que gera acumulação de riquezas, a máquina substituindo homens e a exploração extensiva de recursos naturais, sistema que traz em sua gênese a divisão social em classes e a propriedade privada.

Boisier (1999) considera que o mesmo fator que estimulou o desenvolvimento da sociedade impede alcançar seu verdadeiro desenvolvimento. O autor ressalta que, em se tratando de sociedade e indivíduos, não se poderia reduzir o termo desenvolvimento apenas a evolução, sem considerar as relações sociais estabelecidas entre os homens, haja vista que são as relações sociais que os homens mantêm entre si e a natureza que moldam os sistemas econômicos. Esta, por sua vez, é uma relação dinâmica, mutável e pluridimensional, um objetivo a ser almejado, porém nunca alcançado por que está baseado em aspectos intangíveis: as necessidades humanas. ***El desarrollo es la utopía social por excelencia. En un sentido metafórico es el miltoniano paraíso perdido de la humanidad, nunca alcanzable ni recuperable debido a su naturaleza asintótica al eje de su propia realización*** (BOISIER, 1999, p. 6).

Assim, pode-se dizer que, devemos ao capitalismo a determinação em crescer economicamente e a qualquer custo em nome do desenvolvimento, e também se deve a ele o abismo entre desenvolvimento econômico e social. O reducionismo do termo desenvolvimento apenas à dimensão econômica impõe ao social uma cruel desigualdade entre os homens e a destruição da natureza. Segundo Furtado[4], estamos longe do verdadeiro desenvolvimento, que só ocorre quando beneficia toda a sociedade. Superar o atual quadro requer criatividade.

Do exposto, constata-se que não existe uma definição precisa do termo de desenvolvimento que abranja todas as aspirações da sociedade em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Talvez a imprecisão deva-se à necessidade de cada geração

---

[4] Celso Furtado no "O Novo Brasil" em :http://gab.miltontemer.sites.uol.com.br/tribuna_debates/307.html acessado em 29/09/2009.

construir seu próprio termo de desenvolvimento, o que seria impedido caso o termo estivesse fechado a novas perspectivas.

2.2 - Definições práticas de desenvolvimento

Apesar de não existir uma definição precisa de desenvolvimento, o termo tem sido utilizado por cientistas preocupados com o assunto. Assim, Singer (1982) tentou ordenar as conceituações universalmente aceitas sobre desenvolvimento econômico em duas correntes corriqueiramente distinguíveis pelo uso. A primeira identifica o desenvolvimento com crescimento, sob este foco tende-se a avaliar o desenvolvimento econômico a partir dos índices de crescimento econômico, renda per capita ou renda nacional, desprezando a melhoria do padrão de vida e bem-estar social. A segunda corrente, diferentemente, distingue desenvolvimento e crescimento, em que mesmo sendo ambos interligados ou intrínsecos possuem diferentes indicadores para medi-los.

Desenvolvimento gera mudanças qualitativas e o crescimento gera mudanças quantitativas, daí a sua complexidade, uma vez que incidem sobre ele diversas formas de olhar para um mesmo território, pois aferir valores monetários pode vir a ser mais fácil do que aferir satisfação de necessidades humanas.

> Desenvolvimento, portanto, é um conceito complexo. Seja na região amazônica, ou em qualquer outra parte do país, uma constatação histórica relevante é a de que, de fato, o Brasil ainda não é desenvolvido. Mesmo no período de 1949/1961, caracterizado pelo grande crescimento da economia brasileira (pacto populista), tendo implantado em seu contexto uma industrialização inspirada no modelo fordista (produção em massa de bens de consumo duráveis), o Brasil desprezou as conseqüências sociais deste regime de acumulação, e isso sem a regulação/ação mais efetiva de um Estado de bem-estar social (ANDRÉ, 2004, p.62).

Assim, num primeiro momento, desenvolvimento era visto como crescimento econômico, onde desenvolvidos eram aqueles países com o PIB mais elevado e com significativa contribuição das indústrias existentes em seu território. Nesse momento, como já mencionado, utilizava-se de indicadores macroeconômicos per capita para a medição e comparação de níveis de desenvolvimento econômico. Segundo Celso Furtado, entre outros autores:

> A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os Standards de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados , é acessível às grandes massas da população em rápida ascensão que formam o chamado terceiro mundo. Essa idéia se constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (FURTADO, 1974, p. 16).

Posteriormente, com a compreensão de que crescimento econômico não era suficiente para propiciar desenvolvimento, foram incorporados outros indicadores, mesmo da área econômica, para substanciar a análise da problemática da distribuição da renda e da riqueza produzidas, aspectos não considerados anteriormente.

Outra contribuição prática do conceito de desenvolvimento foi dada pela ONU que, desde seu surgimento em 24 de outubro de 1945, passou a se preocupar com a paz e a segurança dos 51 países signatários, o progresso social e coletivo e os direitos humanos, respeitando em todo momento o princípio da autodeterminação dos povos. Ao longo dos últimos 50 anos a sua concepção de desenvolvimento e progresso social foi enriquecida consideravelmente, superando a idéia simplista de que o crescimento econômico, por si só, bastaria para assegurar o desenvolvimento. Uma perspectiva mais complexa do conceito passou a ser implementada, acrescentando para cada perspectiva de desenvolvimento um epíteto do tipo: econômico, social, cultural, naturalmente o político, o sustentável e, por último e mais recente, foi acrescentado o humano. Este último possuindo como objetivo o desenvolvimento do ser humano, em lugar da multiplicação das coisas materiais da dimensão econômica (SACHS, 2007, p.352)

A ONU, para classificar os países de acordo o grau de desenvolvimento, utiliza indicadores como índice de mortalidade infantil, expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias (SACHS, 2007, p.243), tal tarefa delegou ao PNUD[5] em 22/11/1986 e asseverou os direitos dos povos ao desenvolvimento em 04/12/1986[6].

---

[5] O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países. Seu mandato central é o combate à pobreza. Trabalhando ao lado de governos, iniciativa privada e sociedade civil, o PNUD conecta países a conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construir uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros. É responsável por medir

As mudanças ocorridas nas Nações Unidas nos paradigmas de análise sobre desenvolvimento, possuem as influências dos teóricos Mahbub ul Haq (década de setenta) e Amartya Sem (década de noventa). Mahbub, propôs um modelo de desenvolvimento que combatesse as piores formas de pobreza através do pleno emprego, fixação de padrões mínimos de índices sociais e economia estável. Já Sen (1999) define que, um modelo de desenvolvimento tem que ser visto como o aumento da capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas de natureza diversas, como a econômica, incluindo o direito de ir, vir, comprar e vender, a política e a cultural. O enfoque de liberdade de Sen (2000), está resumido em cinco tipos de liberdades (SEN apud PEDROSO, 2003, p.18):

1. Liberdades políticas: referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura;

2. Facilidades econômicas: são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com o intuito de produção, distribuição, troca e consumo. A título de exemplo pode-se citar a disponibilidade regional do açaí, fruto abundante na região amazônica, mas requer estradas, geleiras, máquinas processadoras, entre outros investimentos de capital para que o açaizeiro dê valiosa contribuição no desenvolvimento.

3. Oportunidades sociais: são as disposições e modos de acesso da sociedade para a educação, saúde, cultura, segurança, sem as quais dificulta-se em muito a liberdade dos indivíduos de viverem melhor. A sua influencia repercute até mesmo na participação efetiva dos indivíduos nas atividades econômicas e políticas;

4. Garantias de transparência: referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar dos indivíduos responsáveis pelas decisões sobre o rumo da sociedade. Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas podem ser afetadas negativamente.

5. Segurança protetora: necessidade de proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os

---

o grau de desenvolvimento de um país não pelo crescimento econômico, mas pelo desenvolvimento da população. http://www.pnud.org.br/pnud/#topo. Acessado em 06/06/2009.

[6] Declaração sobre os Direitos ao Desenvolvimento.

indigentes, bem como medidas ***ad hoc***, como a distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência a fim de gerar renda aos necessitados.

As idéias deles contribuíram para a adoção do termo Desenvolvimento Humano[7] assumido pelo PNUD.

Pelo exposto, não basta que a lei garanta certos direitos aos indivíduos, é essencial que estes tenham capacidades, qualificações e as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência (SEN apud PEDROSO, 2003).

Essas questões discutidas por Sen resumem os princípios da moderna economia do bem-estar e os princípios do Desenvolvimento Social. Sendo este último o que busca igualdade de oportunidades, proteção contra as situações estruturais de risco, o combate à pobreza e à desigualdade e, assim como também, a eliminação de todas as formas de discriminação social (KIECKHÖFER, 2005).

2.3 - O Desenvolvimento do social: um conceito de Desenvolvimento

Como anteriormente explicado, o conceito de desenvolvimento tem sido enriquecido e ampliado no decorrer do tempo em que problemas importantes derivados do próprio desenvolvimento passam a ocupar o centro das atenções das políticas públicas. Inicialmente, o desenvolvimento foi reduzido apenas ao campo da economia, a partir da segunda metade da década de setenta com o crescente reconhecimento dos limites das políticas e projetos de desenvolvimento junto aos eventos ambientais vividos pela sociedade, o conceito passou a considerar outras dimensões, a social e a ambiental. Logo surge o desenvolvimento sustentável e, recentemente, o desenvolvimento social. (MALUF, 2000, p.36).

Concebe-se como desenvolvimento social, a trajetória de transformações históricas percorridas por uma determinada sociedade no processo histórico de redução ou solução das desigualdades sociais (DEMO,1978, p.45). Desenvolvimento social implica, necessariamente,

---

[7]O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente, e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse enfoque é apresentado desde 1990 nos RDHs e foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998). http://www.pnud.org.br/idh. Acessado em 06/06/2009.

desenvolvimento da sociedade no aspecto cultural, no econômico, no tecnológico de forma equitativa e totalitária.

Segundo SACHS, a referência a um processo de desenvolvimento sustentável deve atentar a cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural, sendo que:

> O Objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem contudo comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais (SACHS, 2007, p.288).

Diversos autores (SIENA, 2002; SILVA, 2009; COSTA, 2008), mediante a construção de índices agregados, realizaram esforços para explicar desenvolvimento sustentável a partir de um número final elaborado considerando a melhor quantificação das cinco dimensões. Apesar da valiosa contribuição desses trabalhos, de natureza quantitativa, percebe-se nitidamente que as questões sociais são tratadas superficialmente e talvez a causa mais provável dessa desatenção possa ter sido o volume de dados necessários para a construção dos índices e indicadores agregados.

Destaca-se como prática pioneira na preocupação com o desenvolvimento do homem, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, segundo da SILVA (2009), a partir de 1990 ganhou notoriedade devido à simplicidade de cálculo e a disponibilidade de dados para todos os países. Com este indicador demonstrou-se que o progresso humano e a evolução das condições de vida das pessoas não podem ser medidos apenas por sua dimensão econômica.

> É imprescindível que exista crescimento econômico, estabilidade monetária, equilíbrios econômicos e financeiros, sem o que não haverá meios para se apoiar o desenvolvimento social; no entanto, por sua vez, eles não serão sustentáveis a médio e longo prazo sem que se produza um desenvolvimento social ativo (KLIKSBERG, p.34, 1998).

A análise do desenvolvimento social, com base nos indicadores da qualidade de vida da sociedade, tem como dificuldade principal o fato de que o social não está desvinculado das

outras dimensões e, necessariamente, a análise requer variáveis econômicas, políticas, ambientais e culturais, mas a possibilidade de realização desta suposta fragmentação do conceito de desenvolvimento está baseada na consideração de que desenvolvimento é antes de tudo social, por ser exclusivamente para o homem social. Assim pode-se assumir que essa dimensão representa muito bem o desempenho das outras dimensões e do conceito de desenvolvimento em si. E como diz Sachs, "não é aceitável, nem necessário, que os progressos financeiros econômicos sejam pagos por meio de desemprego ou subemprego estruturais, resultando em fenômenos cada vez mais generalizados de exclusão social e pobreza (p.251, 2007)."

Não se pode referir uma sociedade como desenvolvida, mesmo tendo altos índices de renda per capita, investimento cultural, investimento em saúde, etc. se no redor desses índices existe um ambiente desigual de acesso a essa riqueza ou de exclusão social. Da mesma forma, não se pode falar de desenvolvimento sustentável, preservação da dimensão ambiental, se a sociedade encontra-se passando fome. Pobreza, exclusão social, violência social, fome são termos que não combinam com o de desenvolvimento.

Assim, há de se considerar como importante, também, a função do Estado, isto é, que o Estado esteja em sintonia com as novas demandas sociais e exerça um papel de facilitador do desenvolvimento, articulando plano econômico com plano social.

2.4- Avanços na avaliação do desenvolvimento.

A discussão em torno do termo desenvolvimento tem-se enveredado sob a concepção de que o conceito ou é complexo ou sistêmico, formado por diferentes partes essenciais da vida humana, por conseguinte nesse enfoque, as partes afetam o todo e o todo afeta as partes. Assim, pela circularidade em torno dos aspectos que compõem a vida em sociedade, se faz necessário eleger indicadores que possam aferir os graus de desempenho de cada uma das partes para posteriormente planejar ações eficazes rumo ao mundo desejável, socialmente desenvolvido e de forma sustentável.

A Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, na década de noventa, constitui-se um evento importante na elaboração de indicadores que expliquem a sustentabilidade do desenvolvimento. Segundo Ribeiro (2002), pode-se distinguir três níveis de indicadores de sustentabilidade, atendendo a área de origem e de abrangência: Nível Internacional, Nacional e Regional. Em nível Internacional se tem: modelo CSD – ONU; o indicador de medição de saúde das nações; o IDH e o ISA.

Em nível nacional podem ser mencionados: Correção dos Sistemas de Contas Nacionais, o método da Bacia do Mar Aral (Ásia Central, abrangendo os países: Cazaquistão, Quibguistão, Tadjiquistão, Turconiquistão e Uzbequistãao localizados no ecossistema da bacia do mar Aral. E regional a elaboração de Indicadores de Sustentabilidade da Cidade de Seattle.

Alguns desses modelos merecem destaques, como por exemplo: o modelo do CSD/ONU tem como objetivo mensurar os progressos obtidos na implementação da pauta de sustentabilidade da Agenda 21. O IDH tem sido muito utilizado pela ONU para comparar países quanto ao desenvolvimento das pessoas, considerando saúde, grau de instrução e expectativa de vida, Este indicador já possui versões até em níveis municipais, pode-se citar o trabalho local de Silva (2009) em sua dissertação de mestrado, em relação ao município de Porto Velho/Rondônia.

Para Nahas (2002, p.05) a contribuição da criação do IDH foi grande, ele marcou a expansão de iniciativas de avaliação de desenvolvimento, das condições plenamente econômicas para a consideração da qualidade de vida em recortes espaciais distintos: estados, regiões e cidades. Dentre as experiências brasileiras para grandes cidades destacam-se os índices desenvolvidos ao longo da década de 90, para Curitiba[8] (PR), São Paulo[9] (SP) e Belo Horizonte[10]. KOGA (2003, p.84) destaca que, em 1991 foi realizada a primeira construção de indicadores intra-urbanos aplicados a uma cidade brasileira com ênfase na qualidade de vida das pessoas e justiça social, o Mapa de Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo pós essa iniciativa, seguiram outros trabalhos semelhantes nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Santo André e Piracicaba.

Por sua vez, outra importante contribuição na análise do desenvolvimento pela dimensão ambiental, é o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA), também criado pela ONU, para medir a capacidade econômica dos países e sua relação com a preservação ambiental.

Outro modelo muito utilizado, e também criticado, é o de Sistema de Contas Nacionais ou também chamado de Contabilidade Social, tal sistema apresenta indicadores agregados das riquezas produzidas pelas nações como o PIB e a Renda Nacional (RN) totais ou per capitas. Uma das críticas realizadas é a não informação de como se distribui realmente

---

[8]Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV), elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (1996)

[9]Índice de Exclusão Social (IEX), elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social da PUC/SP

[10]Índice de Qualidade de Vida Urbana e pelo Índice de Vulnerabilidade Social pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte e os pesquisadores da PUC-MG.

essa riqueza produzida e a outra é o não cuidado com o meio ambiente, necessário para a geração futura de riquezas. Da primeira crítica se evoluiu para os Indicadores de Exclusão Social e o chamado Indicador Genuíno de Progresso (IGP).

O IGP desenvolveu uma estimativa do bem estar social, a partir de 20 indicadores econômicos, ampliando o cálculo do PIB e posteriormente criando o PIB Verde, uma tentativa de desenvolver um indicador semelhante ao cálculo do PIB, mas que considerasse a depreciação ocorrida no meio ambiente.

A elaboração do Atlas da Exclusão no Brasil com base nos dados censitários do IBGE/2000, partiu da convenção de que a exclusão social é fruto da forma dependente como o país se inseriu na divisão internacional do trabalho, sendo o processo de industrialização brasileiro resultado da obediência ao capital internacional. Assim, os autores propuseram "um conjunto significativo de indicadores sociais e econômicos capazes de desenharem, no mapa brasileiro, a cara da exclusão" no processo de desenvolvimento brasileiro (POCHMANN e AMORIM, 2004, p.10).

Siena (2002) menciona a existência de outras metodologias em relação à incorporação da questão ambiental na mensuração do desenvolvimento, entre elas a Pegada Ecológica, que mensura a quantidade de espaço territorial e o consumo das pessoas, e a tecnologia que se usa para se manter de forma equilibrada nesse espaço. Outro que merece destaque é o Barômetro de Sustentabilidade, pelo qual se avalia a sustentabilidade através da combinação do bem estar humano (saúde, educação, desemprego, pobreza, etc.) e do ecossistema (terra, ar, água, etc.).

Outras experiências fazem avaliações mais pontuais em nível municipal e até em nível de bairros. Dentre os exemplos colocados se tem, novamente, uma versão de IDH-M municipal, considerado por Veiga (2008) um indicador de segunda geração ao incluir outros aspectos além do econômico. Esse autor reconhece uma terceira geração de indicadores, representada pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) gaúcho, que foram criados para evitar a armadilha do PIB per capita e as insuficiências do IDH. Destaque-se novamente Silva (2009) que incorpora outras variáveis nas dimensões de economia, educação e saúde, assim como agregou outras novas dimensões ao IDH tentando dar uma maior complexidade ao indicador para explicar desenvolvimento municipal, no caso de Porto Velho.

Mais adiante surgiria uma quarta geração de indicadores em virtude das limitações dos indicadores sintéticos da terceira geração, entre eles o Índice DNA Brasil criado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP)[11] e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) (VEIGA, 2008).

Em um plano histórico e metodológico tratar das condições de qualidade de vida de uma determinada população era uma tarefa da área da medicina social sob uma visão eugênica ou higiênica, com ou sem suporte do Estado. O surgimento das cidades, expansão do capitalismo no século XVIII, o problema das doenças dos pobres, fez da medicina social um poder único e homogêneo que contribuía para diminuir as tensões, a manutenção e conservação da força de trabalho e o aumento de sua utilidade. Esboça-se o projeto de uma tecnologia da população: estimativas demográficas, cálculo da pirâmide das idades, das diferentes esperanças de vida, das taxas de morbidade, estudo do papel que desempenha um em relação ao outro o crescimento das riquezas e da população, diversas incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e a formação profissional. (FOUCAULT, 1979, p.198)

No século XX, indicadores para construção de perfis já possuíam uma intrínseca relação com a economia e o planejamento público, tendo forte amparo na década de 60.

Com a crise desse modelo em meados da década de 60, na sociedade norte americana, surge a necessidade de construção de modelos estatísticos que conseguissem interpretar o descompasso entre o crescimento econômico e os níveis altos de pobreza. Face a este quadro, empreendeu-se um imenso esforço conceitual e metodológico para desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem estar e da mudança social, sob os auspícios das instituições multilaterais como OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS, UNICEF e Divisão de Estatística das Nações Unidas. A publicação dos livros Social Indicators e Toward a Social Report, elaborados sob encomenda do governo americano em meados dos anos 60, representaram marcos importantes no processo, inaugurando o que viria se chamar de "Movimento de Indicadores Sociais" na época (JANUZZI, 2002, p.01).

A partir da década de 70 apareceram, ou foram planejados, em vários países uma série de compêndios de estatísticas sociais e de indicadores sociais; em 1970, **Social** Trends na Inglaterra; em 1973, **Données Soclales** na França, **Social Indicators** nos EUA e **Geselischaftsliche Daten** na Alemanha; e, em 1974, **Social Indicators of** Japan e **White Paper on National Life** no Japão, entre outros (SANTAGADA, p.248).

---

[11] O Índice DNA Brasil criado no âmbito da UNICAMP contou, em maio de 2005, com a presença de 46 ilustres pessoas das diversas áreas sociais, desde estudantes até economistas renomados como Celso Lafer, para discutir a construção de um índice mais abrangente que o IDH e que levasse em consideração um maior número de dimensões estratégicas da sociedade como: bem estar econômico, competitividade econômica, condições socioambientais, educação, saúde, proteção social e coesão social.

Os insucessos, sucessos parciais e excessos do Planejamento Tecnocrático no período acabaram criando um grande ceticismo com relação às atividades de planejamento público e portanto, com relação à finalidade e utilidade dos Sistemas de Indicadores Sociais. Este descrédito durou pouco, já que em meados da década de 80, com aprimoramento das novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas – Planejamento Local, Planejamento Participativo- a pertinência instrumental dos Indicadores Sociais acabou sendo restabelecida (JANUZZI, 2002, p.01).

Na década de 1990, através do chamado Ciclo Social de Conferências das Nações Unidas, a ONU buscou imprimir uma dinâmica política aos programas de ação social em determinados campos e auxiliar no avanço de um consenso internacional acerca das prioridades no que diz respeito ao tema do desenvolvimento (CANO, 2006, p.62).

A mensuração da sustentabilidade da dimensão social, do conceito de desenvolvimento, considera que é a partir dela que se sustenta qualquer processo de desenvolvimento a contra gosto dos reducionistas econômicos que priorizam que o progresso econômico é decisivo no social. A sustentabilidade social responde a finalidade do desenvolvimento, enquanto que a econômica responde a sua necessidade (SACHS, 2002).

Recentemente, mereceu destaque na mídia, o pedido do presidente da França, Nicolas Sarkozy (2009) à agência de estatística francesa (INSEE) para incorporar ao PIB medidas de bem-estar social, com base na percepção de que o robusto crescimento econômico das economias capitalistas põe "em perigo o futuro do planeta, destrói mais do que cria". O desenvolvimento da nova proposta foi entregue ao premio Nobel de economia Joseph Stiglitz.

O quadro seguinte resume algumas dessas metodologias importantes e suas estruturas temáticas na perspectiva social.

METODOLOGIAS/TEMAS		AVANÇOS	LIMITAÇÕES
IDH[12]	Educação Renda Longevidade	- os dados são de fácil obtenção e a simplicidade do cálculo metodológico garante a aplicação comparativa para diversas variáveis	- a dimensão social fica em segundo plano e as disparidades regionais são avaliadas uniformemente
UNCSD[13]	Equidade Saúde Educação Segurança Demografia Governança	- indicadores agrupados conforme a Agenda 21 e detalhados de forma de fácil entendimento	- número excessivo de indicadores - ênfase exagerada aos indicadores biofísicos e ambientais
SEATLE[14]	Equidade social e renda Segurança alimentar Tomada de decisão participativa, liderança e responsabilidade Economia comunitária próspera Negócio sustentável	- comunidade é o elemento crucial	- não há definição de metas futuras
IEX[15]	Autonomia de renda Desenvolvimento Educacional e Delinqüência Juvenil Qualidade domiciliar Equidade	- elabora uma leitura do todo com base no cotidiano e da experiência de vida das pessoas; - constrói referências sobre inclusão social através de utopias, daquilo que é desejado como ideal individual e coletivo; - é uma medida de referência do perfil do cidadão	- longos debates com a população, ONG, governo, universidades, etc. - informações oficiais dispersas e limitação da representação cartográfica
AVALIAÇÃO DE BEM ESTAR[16]	Saúde e população Riqueza Conhecimento e cultura Comunidade Equidade	- ênfase no ser humano como beneficiário final do processo rumo a sustentabilidade; - quadro visual de seus resultados através do barômetro de sustentabilidade	- número elevado de indicadores; - não apresenta um método claro; - ao supervaloriza uma dimensão, desconsidera as peculiaridades de cada sistema
IDS[17]	Renda Saúde Educação	- elaboração anual pela PNAD/IBGE; - dar visibilidade as diferenças sociais existentes no país, por região e Estados; - os componentes têm pesos iguais;	- instrumento quantitativo e produz uma medida sintética;
ATLAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NO[18] BRASIL	Padrão de vida digno Desigualdade de renda Anos de estudos do chefe de família Vulnerabilidade Juvenil	- indicador comparativo das desigualdades sociais; - disponibilização das informações em forma de mapas temáticos;	- a utilização do geoprocessamento em unidades com grandes vazios espaciais ou com elevada renda, pode dar a impressão errada de maior inclusão;

QUADRO 1 – Demonstrativo sintético de metodologias para construção de índice de desenvolvimento social. Fonte: Elaboração própria.

Para a avaliação do estágio de desenvolvimento social do município de Ji-Paraná, foi considerado os indicadores sociais propostos por estas metodologias, no entanto optou-se pelo estudo e análise da metodologia de dois índices de sustentabilidade social: Índice de Exclusão Social de São Paulo (SPOSATI, 1991) e o Índice de Desenvolvimento Social do Ceará/2007, para posterior construção do IDS-J proposto.

---

[12] Índice de Desenvolvimento Humano
[13] Comissão para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.
[14] Projeto de indicadores de Seattle sustentável (1990), parte da premissa que as pessoas deveriam escolher os meios para mensurar seu bem estar comunitário a longo prazo.
[15] Índice de Exclusão Social, a ser discutido no capítulo 4 deste trabalho.
[16] Desenvolvido pelo World Conservation Union (IUCN) para avaliar a condições ambientais, humanas e progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.
[17] Índice de Desenvolvimento Social elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que tem por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
[18] Elaborado em 2002 por Marcio Porchmann e Ricardo Amorim.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO EM ESTUDO: JI-PARANÁ

3.1- Origem e formação do município

No território onde está situada hoje a cidade de Ji-Paraná viviam os índios Muras (Parintins), Urupás e Jarús. Estes iniciaram uma luta, com data de final do século XIX, entre 1877 e 1900, em defesa de suas terras pelo fato dos seringalistas terem construído barracões ao longo do complexo hidrográfico da bacia do Rio Machado. A este lugarejo os seringueiros denominaram de Urupá (BASSEGIO; PERDIGÃO, 1992).

Importante fato histórico para a consolidação do Estado de Rondônia e para o município de Ji-Paraná foi o projeto de implantação da linha telegráfica em 1909, pelo consagrado Mal. Cândido Rondon que tinha o intuito de tirar do isolamento as regiões do extremo norte e oeste do país, garantindo a segurança das fronteiras. A instalação do Telégrafo transformou a Vila Urupá em Vila Afonso Pena (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

O nome de Vila Afonso Pena permaneceu até 1943, quando o então presidente Getulio Vargas, ao criar o território do Guaporé, instituiu o distrito de Vila de Rondônia. Vila de Rondônia sofreu um processo de estagnação em seu desenvolvimento devido ao desaquecimento do mercado internacional da borracha, permanecendo assim até a descoberta de diamantes na região,na década dos anos cinqüenta (SILVA, 2004). Mais uma vez os indígenas nativos da localidade tiveram que lutar duplamente, pela reconquista de seu espaço contra a vontade opressiva governamental e contra os primeiros migrantes nordestinos que vieram para a exploração mineral e produção da borracha. Segundo dados do IBGE, Vila de Rondônia contava com cerca de 30 habitantes, mas com chegada dos garimpeiros esse número aumentou para 2.000, sendo novamente alterado somente no início da construção da rodovia BR -29, atual BR – 364 (IBGE, 1984). A construção da rodovia dá início a outro ciclo de desenvolvimento e de ações sob critérios de segurança nacional.

Sem dúvida o atual nível de desenvolvimento econômico e social do município de Ji-Paraná tem por base as conseqüências do processo de colonização do Estado de Rondônia, dadas as políticas públicas de cunho desenvolvimentista das décadas de sessenta e setenta do governo brasileiro, em plena ditadura militar. O então espaço do atual estado de Rondônia, foi ocupado para atender uma demanda do projeto nacional de desenvolvimento econômico, desprestigiando as necessidades das populações locais. Cabe ressaltar que o pressuposto

daquele modelo de desenvolvimento consistiu em considerar Amazônia desocupada e disponível para abrigar a massa falida de camponeses do sul, expulsos pela expansão do grande capital na agricultura capitalista brasileira, ou do norte, fugitivos das grandes secas.

Em 1963 tem início o projeto de colonização particular pelo Grupo Vitrelli na região de Vila de Rondônia, em virtude do insucesso do projeto ocasionado pela apropriação indevida de terras da União (incluindo também as empresas Calama S/A e Itaporanga), em 01/04/1971, através de Decreto-Lei, o INCRA assume a colonização (BASSEGIO e PERDIGÃO, 1992):

> É importante ressaltar que a ocupação e colonização recentes do Estado de Rondônia são resultado da estratégia do governo brasileiro no sentido da ampliação das condições para a expansão do capital na economia brasileira, fundamentada na economia de mercado, que preconizava a ocupação da fronteira por meio de uma política de integração nacional. Esta concepção desenvolvimentista se sedimentou no início dos anos 70, com ênfase em investimentos de recursos financeiros em programas e projetos de infra-estrutura econômica e social, estimulando e orientando o fluxo migratório em direção à Amazônia (BATISTA, 2001, p.06).

A Política interna do INCRA convergia para o atendimento da política externa brasileira na busca pela resolução de problemas como reforma agrária, mecanização da lavoura na região sul, conflitos no nordeste, fornecimento de mão-de-obra barata para o capital, entre outros. A colonização desenvolvida pelo INCRA foi realizada mediante dois tipos de projetos: os Projetos Integrados de Colonização (PIC), destinados à população de baixa renda, sem terra e com perfil de agricultura familiar; e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), destinados àqueles que possuíam recursos financeiros para investir em projetos agrícolas ou que tivessem acesso à obtenção de crédito bancário.

O desenvolvimento de Vila de Rondônia deu-se através da implantação do PIC Ouro Preto, tornando-se alvo de um intenso movimento migratório e de investimentos governamentais na área agrícola (plantação de cacau e café) contribuindo para sua elevação em município em 11/10/1977, mas que caracterizou um desenvolvimento desigual, e naturalmente agressivo por causa da diversidade de tamanho de propriedade da terra e o incentivo a atividades predatórias do local para a obtenção do título fornecido pelo INCRA.

> Em Rondônia, a dimensão rural e urbana é constituída simultaneamente; não se pode classificar como um processo de hiperurbanização, mas que se pode denominar de um urbano das áreas de expansão de fronteira [...] Os Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUAR já surgiam como uma grande “favela” no meio da floresta, nos projetos de colonização, lugar onde as pessoas ficavam aguardando

> serviço e terra para trabalhar. Os diversos núcleos urbanos que não evoluem à condição de cidade mantêm-se como núcleos de excluídos, lugar de pobreza, lugar dos expropriados da terra (AMARAL, 2007, p.61/62).

Ao INCRA é dado o papel de Estado Regulado, com poderes suficientes para garantir a ocupação da fronteira em prol dos interesses do capital, deixando em segundo plano o grande volume de pessoas que para o Estado vieram em busca da construção de um espaço.

Em Ji-Paraná houve a formação de três nuares: NUAR Nova Londrina, NUAR Nova Colina e o NUAR Mirante da Serra, estes por sua vez passaram a integrar o elo entre a expansão capitalista no campo em detrimento a supressão da agricultura familiar, onde o pequeno agricultor junto com sua família tornaram-se um assalariado do capital. A prova dessa falácia desenvolvimentista é que dos três núcleos, somente o Mirante da Serra foi emancipado a condição de município.

3.2- Evolução econômica de Ji-Paraná

Na década de 70 a cidade de Ji-Paraná foi agraciada, tal como outras cidades brasileiras, com grandes somas de investimentos do governo federal através do Programa Nacional para as Cidades Médias e Capitais. Esse programa visava transformar algumas cidades amazonenses em rotas alternativas de migração aos grandes centros industriais do país. Assim, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena (RO), Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC) deveriam servir de porto final para um intenso fluxo de emigrantes e precisavam estar preparadas para receber esse contingente populacional. Era de interesse do capital e do Estado, a fixação do migrante na Região Amazônica através da implantação de infraestrutura básica para que o mesmo pudesse suportar as adversidades da região (PEREIRA, 2004).

O critério utilizado para a alocação dos recursos descansava no aporte ao desenvolvimento regional da cidade, de acordo com as premissas estabelecidas pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), em que se expressava: “promoção dos núcleos urbanos de ocupação estrategicamente selecionados ao longo das rodovias de integração amazônica, bem como em função das potencialidades sub-regional para o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e agromineral” (SUDAM apud PEREIRA, 1976, p. 6).

Considerada uma cidade de porte médio, pelo número de habitantes, acima de 100 mil habitantes[19], mas também por seu papel na divisão social do trabalho regional, Ji-Paraná constitui-se em um centro ou sub-região econômica com setores comerciais e industriais bem diferenciados. Segundo Ribeiro apud Pereira (2001), Ji-Paraná tem alcançado níveis econômicos, quanto ao volume de produção e distribuição de bens e serviços, como as capitais estaduais da Amazônia Legal, ou de Imperatriz, no Maranhão; de Santarém e Marabá, no Pará; Várzea Grande e Rondonópolis, no Mato Grosso e/ou de Araguaína, no Tocantins e, no que tange ao papel das cidades na distribuição de bens e serviços, o autor classifica a cidade como um centro sub-regional que apresenta traço da frente pioneira agropastoril e mineral.

Também Steinberger e Alencar (2004, p.09) descreveram Ji-Paraná como um núcleo urbano de poder[20], este deve aglomerar pessoas e decisões sobre atividades econômicas, sejam elas referidas ao espaço urbano ou não. Assim, se um determinado núcleo possuir, simultaneamente, estes dois aspectos, pode-se dizer que ele será um núcleo que tem poder sobre as áreas ao seu redor, incluindo as áreas rurais, as áreas florestadas e os demais núcleos de menor importância. Segundo os autores, através dos dados IBGE/2000, em Rondônia havia oitonúcleos de poder urbanos por ordem de importância: Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Vilhena, Jaru, Ouro Preto e Guajará-Mirim.

A Figura 1 localiza a situação geográfica de Ji-Paraná.

---

[19]Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios –PNAD- 2007, Ji-Paraná possui 107.638 habitantes.

[20]As duas variáveis escolhidas para construir o patamar urbano de poder foram o Produto Interno Bruto municipal (PIB) e a população urbana. Para verificar a existência de relação mútua, ou seja, a dependência entre as funções de distribuição das mesmas, calculou-se a correlação entre elas. O resultado de + 0,972, valor muito próximo do máximo que é 1,revela que essas duas variáveis caminham no mesmo sentido. www.abep.nepo.unicamp.br/enconto2004.

Fonte: http://www.portalbrasil.net/estados_ro.htm. Figura 1: Mapa de Rondônia.

Dentre os setores econômicos merece destaque o madeireiro, que teve um rápido crescimento nas décadas de 80 e 90, passou de 20 para 72 empresas industriais no período de 1994 a 1997; no setor pecuário, segundo o IBGE/2005, Ji-Paraná[21] apresentava-se como a primeira bacia leiteira do Estado e a segunda do país.

O Censo Agropecuário/2006 revelava o município como responsável por 18,9% da produção de café do Estado, atrás apenas de Cacoal (32%) e Alvorada (20,9%).

No segmento energético, Ji-Paraná encontra-se na rota de construção de usinas hidrelétricas. Em 1983, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) pretendia, através do represamento do Rio Machado, criar uma hidrelétrica com vistas ao desenvolvimento regional, com ela seria afetado os municípios de Ariquemes, Jaru e Ouro Preto D'Oeste, desestruturando o modo de vida de agricultores, populações indígenas (como os arara e gavião) e a reserva biológica de Jaru (REBIOJARU). Por este impacto social projeto não saiu do papel contando com acirrada mobilização social, contudo em 2005 o projeto retorna a pauta da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e um segundo inventário, feito pela empresa FURNAS, colocou a vista o potencial hídrico da região para o

[21]Micro região de Ji-Paraná, segundo a EMBRAPA/RO, se constitui dos municípios de: Ji-Paraná, Ouro Preto, Jaru e Presidente Médici.

atendimento da demanda regional e a possibilidade de exportação do excedente energético para as demais regiões do país, através do sistema interligado. Segundo relatório de furnas:

> Em 2005, os estudos de inventario do Rio Machado foram retomados numa parceria entre ELETRONORTE, FURNAS e a Construtora Queiroz Galvão, e em abril de 2007, a ANEEL os aprovou. No relatório final, o eixo JP-14 foi descartado. Agora, a opção é pelo eixo JP-04, batizado de Usina Tabajara, situado rio abaixo, no município de Machadinho D'Oeste. Um rearranjo do projeto original reduziu a área de alagamento para 128,8 km2 e a potência prevista para 350 MW. Em junho do mesmo ano, os responsáveis pelo "novo" projeto hidrelétrico do rio Machado protocolaram o pedido de abertura do processo de licenciamento ambiental da Usina Ji-Parana junto ao IBAMA, ainda em avaliação. (NÓBREGA, 2008, p.59).

Não existem dúvidas de que a construção de uma hidrelétrica na localidade traria mudanças significativas ao seu PIB, a começar pela elevação no nível de atividade econômica pelo aumento do número de empresas complementares e pelo aumento do produto interno da região.

3.3- Evolução social de Ji-Paraná

Surpreendentemente Ji-Paraná, a segunda economia do Estado de Rondônia vem apresentando indicadores sociais de níveis relevantes dentro do Estado e na região norte. Conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2000), o IDH-M de Ji-Paraná, considerado de desempenho médio[22], com valor de 0,75, era o terceiro maior do estado. Este era inferior somente em relação aos valores da capital do estado, Porto Velho e do município de Vilhena.

Nos aspectos de educação e renda, duas dimensões do IDH de Ji-Paraná também ficavam abaixo dos mesmos municípios anteriormente citados. Nessas dimensões Ji-Paraná, respectivamente, apresentou médias de 0,71 e 0,85. Não obstante, ao observar o número de alfabetizados em 2000, segundo o censo de IBGE, verifica-se um quantitativo reduzido. A Tabela 1 identifica a população do município.

---

[22] O resultado do IDH varia entre 0 e 1. Um IDH explica baixo, médio ou alto nível de desenvolvimento humano, se seu valor se encontrar compreendido, respectivamente, entre 0 e 0,5; 0,5 e 0,8; e; 0,8 e 1.

Tabela 1 – População residente, por grupo de idade e alfabetizadas de Ji-Paraná/2000

População residente de 5 anos ou mais de idade por grupos de idade, total e alfabetizada		
Idades	**Nº de pessoas**	**%**
5 a 7 anos	7.043	7%
8 a 10 anos	7.074	7%
11 a 13 anos	7.163	8%
14 a 15 anos	4.962	5%
16 a 17 anos	4.788	5%
18 a 19 anos	4.945	5%
20 a 24 anos	10.684	11%
25 a 29 anos	9.409	10%
30 a 34 anos	8.914	9%
35 a 39 anos	8.144	9%
40 a 49 anos	10.997	12%
50 a 59 anos	5.914	6%
60 anos ou mais	5.888	6%
Total:	95.925	100%

Fonte: **Censo Demográfico/IBGE, 2000. Elaboração própria**

Em relação ao IDH de 0,70 da região Norte, Ji-Paraná com 0,75 mostrou maior índice de desenvolvimento que a média da região, contudo não se pode perder de vista que os ciclos econômicos vividos por Rondônia, e especificamente por Ji-Paraná, tem por base uma ocupação territorial sob pressão política e econômica, seja nacional ou internacional, com o intuito de atender as demandas do capital, pressão essa denominada por Becker (2004) de estratégia de "coerção velada".

Assim, no decorrer da implantação das políticas de desenvolvimento para a região, o governo federal promovia a ocupação territorial e deixava, em segundo plano, as ações necessárias para a inclusão social daqueles indivíduos que por muito tempo ficaram isolados do resto do país.

Os planos desenvolvimentistas para a região amazônica, como Projeto de Integração Nacional (PIN), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia **(**PLANAFLORO), apesar de terem contribuído com a ocupação da fronteira também foram responsáveis pelo desmatamento acelerado, a invasão de terras indígenas e de unidades de conservação, desrespeito a cultura das populações tradicionais e as disparidades intrarregionais. Na

verdade, a partir do momento em que governo brasileiro realizou acordos com os bancos internacionais criou-se uma obrigação perpétua de submeter-se à lógica financeira globalizante, mas na condição de país dependente do capital externo, oriundo de nações poderosas economicamente que objetivam ampliar seu mercado interno (IANNI, 2004).

Assim, as políticas públicas implantadas em Rondônia nos últimos 20 anos não conseguiram amenizar os diversos conflitos sócio-ambientais surgidos, uma vez que a sua aplicação verticalizada as tornavam inócuas das particularidades regionais. Nesse contexto, Diegues (2001) consegue caracterizar muito bem esse modelo intervencionista de fora para dentro, o resultado negativo na questão social da ocupação territorial rondoniense. Segundo ele, a condição humana em área de colonização apresenta-se como uma "tragédia dos comunitários", uma vez que esta população é expulsa de seus territórios tradicionais pela expansão da grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos. A situação desses comunitários começou a ser ameaçada com o processo relativamente recente de incorporação desses territórios pela expansão urbano-industrial e dos limites impostos à expansão da fronteira agrícola no sul país.

Os colonos incentivados pelas propagandas governamentais, até porque em seu "habitat" a fome, a seca e a mecanização da lavoura os impediam de viver dignamente, deslocaram-se a terra prometida no afã de mudarem de vida e se deparavam com um ambiente inóspito e endêmico, sem infraestrutura estatal. Na realidade, houve apenas uma mudança territorial daqueles excluídos economicamente do sistema metropolitano, uma vez que a cada decadência dos ciclos se formava uma legião de excluídos da fronteira.

> A precariedade das habitações, que não contavam com tela de proteção nas portas e janelas, e a exposição do homem nos horários de pico de atividade anofélica, facilitaram sobremaneira a proliferação da malária, que assumiu caráter epidêmico e foi causa de muitas mortes e do abandono puro e simples de muitos lotes [...] Os conflitos com índios, seringalistas, seringueiros, grileiros e seus jagunços multiplicaram-se com registro de muitas mortes (OTT, 2002, p.108/111).

Um artigo de SANTOS apud OTT (2002) argumenta que o INCRA, importante articulador governamental na missão de povoar o chamado "vazio demográfico", não pode ser responsabilizado por todos os males dos projetos de ocupação, afirmando que o mais correto seria dizer que sua administração, de cunho eminentemente político, não deu espaço para a atuação de outros órgãos federais. Não obstante, sua política de ocupação foi hierarquizada com foco em duas clientelas, uma com renda e capital de giro e outra sem renda, sendo mais

lucrativa essa ocupação para aqueles que para a localidade vieram com a intenção de investir financeiramente.

O número de indivíduos com até um salário mínimo mostra a precariedade de vida da população. Na Figura 2, percebe-se que esse segmento da população é significativo.

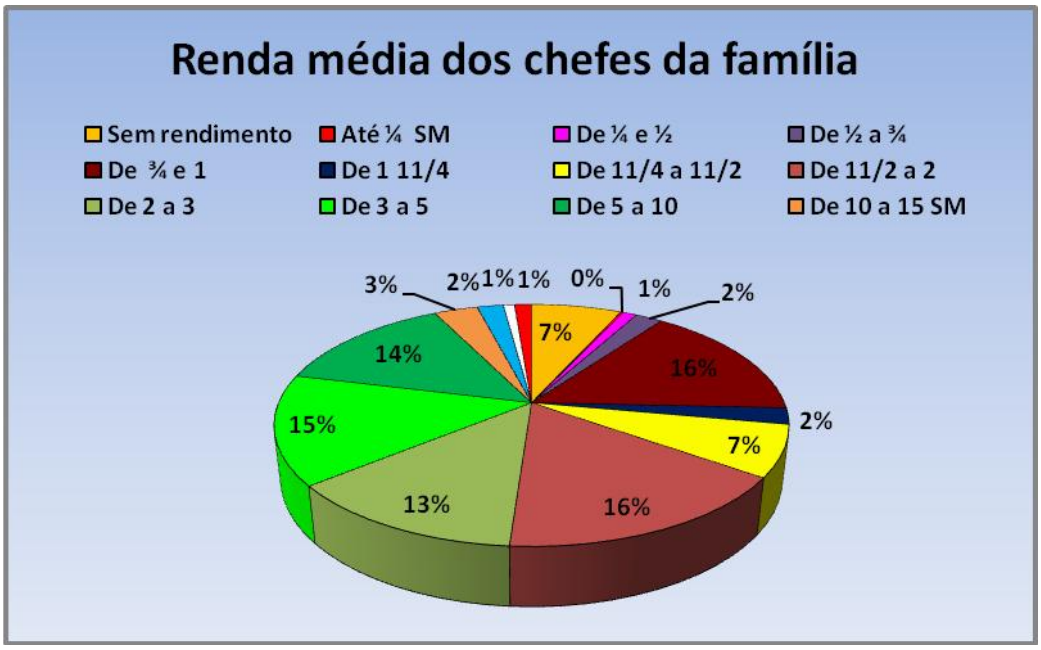

Figura 2: Gráfico demonstrativo do rendimento médio dos chefes de família em Ji-Paraná
Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2000. Elaboração própria

Da figura anterior pode-se verificar que, 35% do número de chefes de famílias de Ji-Paraná, em 2000, recebia até 1 salário mínimo.

Outra situação que descreve a precária qualidade de vida da região norte é a falta de investimentos públicos na criação de infra-estrutura de saneamento básico. Na figura 2 observa-se que, em Ji-Paraná, apenas 32% do município possui serviço de água encanada.

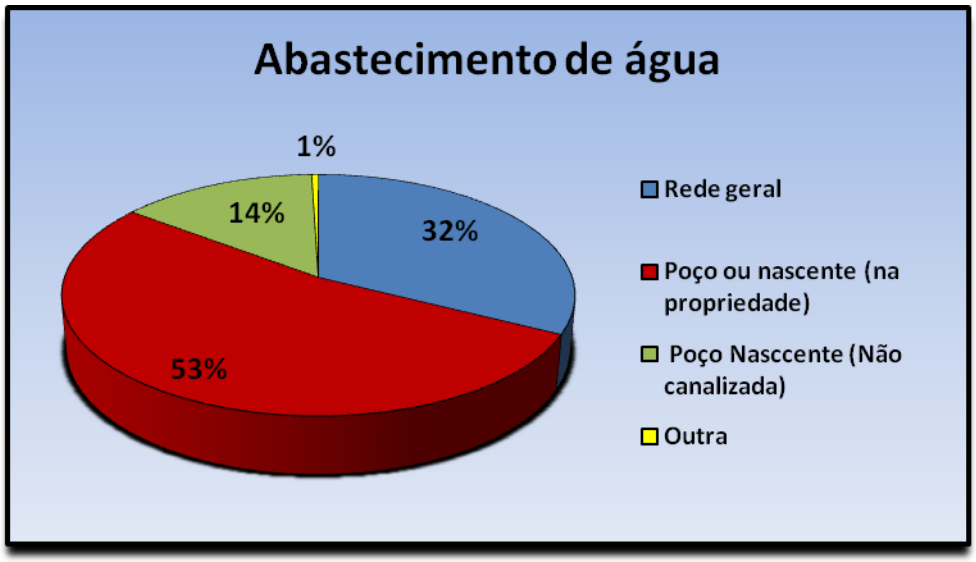

Figura 3 – Gráfico percentual da população de Ji-Paraná com abastecimento de água/2000
Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2000. Elaboração própria

Da mesma forma, o nível de atendimento ao esgotamento sanitário é ínfimo. Segundo a figura a seguir, apenas 3% do município é atendido com rede de esgoto.

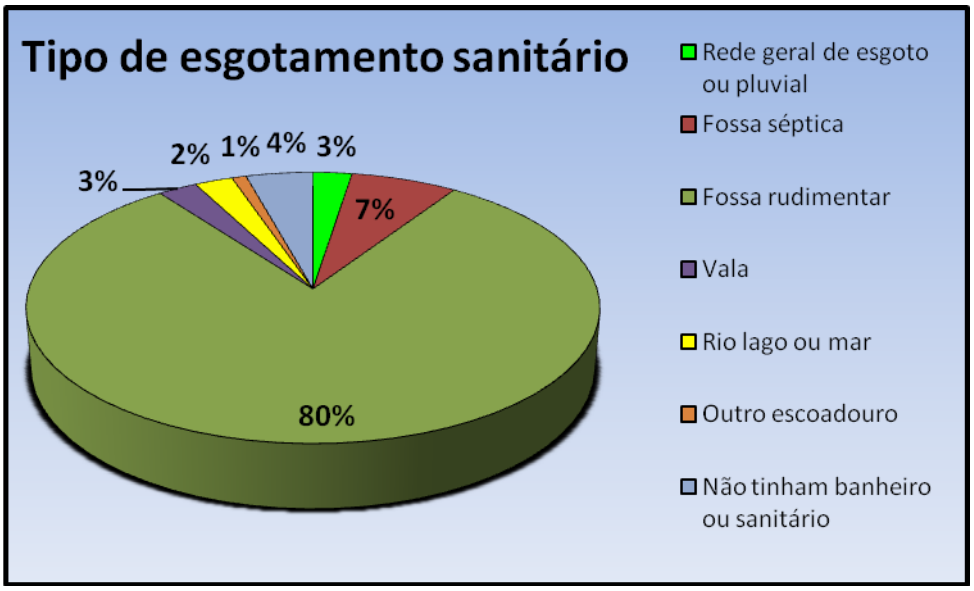

Figura 4 – Gráfico demonstrativo do tipo de atendimento sanitário em Ji-Paraná/2000
Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2000. Elaboração própria.

A Figura 4 mostra que 80% da população não tem acesso a rede geral de esgoto, percentual que sinaliza possível comprometimento no estado geral da saúde, uma vez que já existe constatação de contaminação de lençol freático por coliformes fecais[23].

[23] Em setembro de 2009, os estudantes de Engenharia Ambiental do Campus UNIR de Ji-Paraná. alertaram a população do município, e seus governantes, sobre a qualidade da água consumida. Os estudantes deste curso fizeram um estudo sobre o veio de água subterrânea e descobriram que em Ji-Paraná a maioria dos poços está

Quanto a coleta de lixo, ainda chama atenção o número de pessoas que preferem dá outro destino ao seu lixo doméstico. Em Ji-Paraná, não há aterro sanitário, mesmo já tendo havido recomendação do Ministério Público para que a Prefeitura encontrasse local adequado para realização da obra.

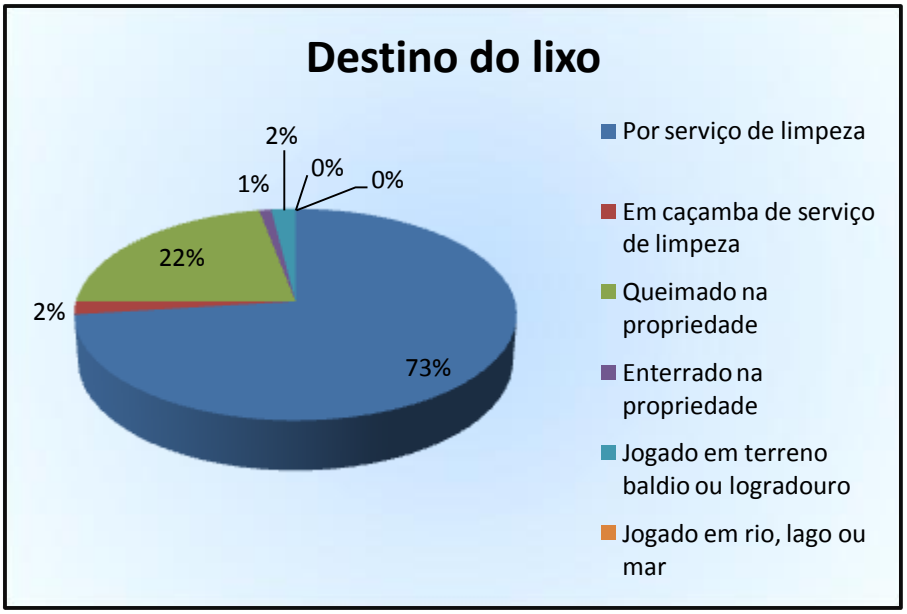

Figura 5 – Gráfico demonstrativo do destino do lixo em Ji-Paraná/2000
Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2000. Elaboração própria.

No que tange a investimentos em outras áreas prioritárias socialmente, segundo Chagas (2003), no ano 2000 a Prefeitura aplicou os seguintes valores na saúde e educação municipal:

DESPESAS	VALOR APLICADO (R$)	%
Educação	3.430.386,46	17,88
Saúde	1.897.349,62	9,75

Quadro nº 2 – Descrição das despesas municipais com educação e saúde
Fonte: Perfil Municipal de Ji-Paraná/Secretaria de Planejamento. Elaboração própria

Na mesma época, os dados do IBGE/2000 identificavam que, metade da população de Ji-Paraná era adulta, sendo que o número de idosos só correspondia a 6% do total. Na

contaminada com coliformes fecais e outros resíduos prejudiciais a saúde. Site: www.ecodebate.com.br. acessado em 20/092009. Matéria de autoria de Margarida Marcheto da UNIR/Campus Ji-Paraná, publicada em 23/07/2009.

população jovem, o número de crianças era maior que o número de adolescentes, ou seja, 22% contra 15%. O próximo Gráfico ilustra essa constatação:

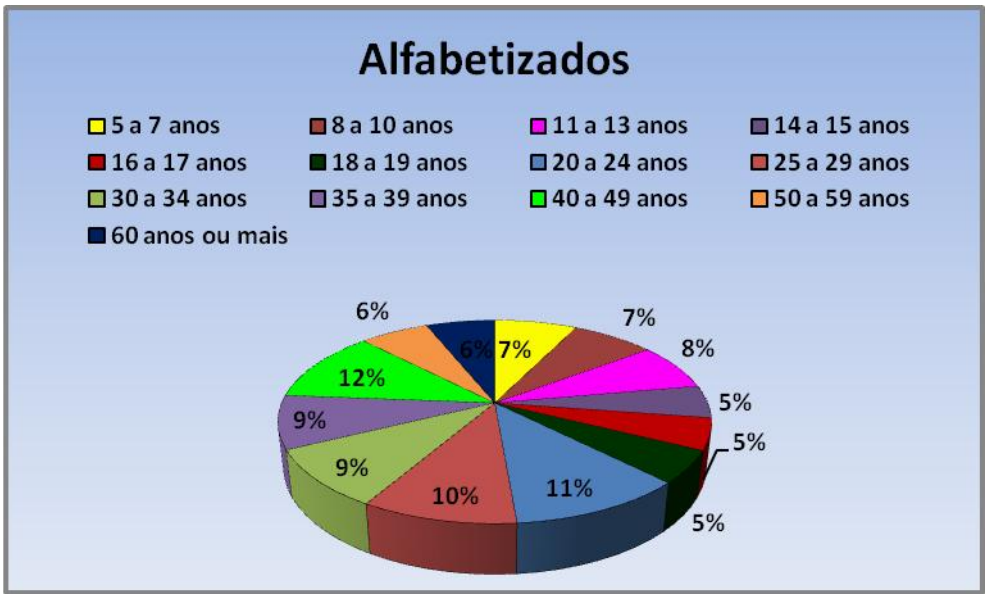

Figura 6 – Gráfico demonstrativo da escolaridade dos chefes de família de Ji-Paraná/2000
Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2000. Elaboração própria.

Este dado é um sinal importante para os governantes, na elaboração de políticas públicas que atendam as necessidades de educação, profissionalização, lazer e programas de assitência social como creches e programa pró jovem. Com relação a escolaridade o grupo de adultos era o que tinha a maior defasagem escolar, consequentemente a sua inserção no mercado de trabalho seria em posição que não exigisse qualificação.

Outra importante política pública que caracteriza o nível de desenvolvimento de um município é a Política de Assistência Social, executada pelo poder público e controlada pela sociedade civil através do conselho municipal de assistência social[24]. Tal política está presente em 99% dos municipios da Região Norte, entre eles Ji-Paraná (IBGE, 2005), e institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social. Os programas que mais se destacam são: PETI, Bolsa Escola, Bolsa Família e Agente Jovem, executados e monitorados pelos CRAS[25].

---

[24] O Conselho Municipal de Assistência Social, embasado pela LOAS, é a instância local de formulação de estratégias e de controle da execução da política da assistência social. É um órgão colegiado de caráter permanente e tem sua criação, composição, organização e competência fixados por lei. Disponível em: www.ibge.gov.br/perfildosmunicípiosbrasileiros2005/assistenciasocial.

[25] Segundo o MDS, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como foi referenciada anteriormente, na construção teórica deste trabalho, a dimensão social se constitui no fim último do que se entende por desenvolvimento da sociedade, mas, não obstante, esta finalidade tem sido colocada no mesmo patamar de importância dos componentes e meios para alcançar o almejado desenvolvimento. Assim, este trabalho propõe medir o desenvolvimento do município de Ji-Paraná pela dimensão social, entendendo-se que na falta de resultados positivos, insuficiências e carências das outras dimensões, conseqüentemente, a dimensão social não poderá explicar o grau de desenvolvimento da sociedade em questão.

A mensuração da sustentabilidade da dimensão social, do conceito de desenvolvimento, considera que é a partir dela que se sustenta qualquer processo de desenvolvimento a contra gosto dos reducionistas econômicos que priorizam que o progresso econômico é decisivo no social. A sustentabilidade social responde a finalidade do desenvolvimento, enquanto que a econômica responde a sua necessidade (SACHS, 2002).

Para Sachs, a importância da definição de indicadores de sustentabilidade social reside na caracterização do desejado para a sobrevivência do homem no ambiente físico e no ambiente criado por ele. O autor privilegia valores como: ética, equidade e democracia, consolidados pela apropriação efetiva e real daquilo que a sociedade dos homens transformou em lei através dos Direitos Humanos (políticos, civis, econômicos, sociais e culturais) (SACHS, 2007).

4.1 - A construção do Índice de Desenvolvimento Social Justo (IDS-J)

Para a avaliação do estágio de desenvolvimento social do município de Ji-Paraná optou-se pela adaptação e agregação de metodologias de avaliação do desenvolvimento social, principalmente, o Índice de Exclusão Social, elaborado para a cidade de São Paulo (SPOSATI, 1996) e o Índice de Desenvolvimento Social do Ceará. A contribuição que se pretende dar é a de configurar um indicador que explique os avanços no bem-estar social e a possibilidade de construção de uma sociedade justa, equitativamente desenvolvida. O

---

atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. O CRAS também deve organizar a vigilância da exclusão social de sua área de abrangência, em conexão com outros territórios. Disponível em: www.mds.gov.br.

resultado dessa fusão de índices denominou-se, neste trabalho, de Índice de Desenvolvimento Social Justo – IDSJ.

4.1.1- Base metodológica para a construção do IDS-J

A metodologia aqui proposta busca produzir de forma sintética a discussão em torno de um problema multifacetado, que é o social, resumindo os dados sobre o município a fim de intensificar o domínio sobre o mesmo.

O Índice IDS-J contido nesta pesquisa teve por base o procedimento metodológico da construção do Índice de Exclusão Social da cidade de São Paulo (IEX) e do Índice de Desenvolvimento Social do Ceará. No IDS-J agregaram-se algumas dimensões consideradas importantes dos dois índices para revelar aspectos do social no conceito de desenvolvimento, sem tentar privilegiar um método sobre o outro apenas aglutinar os indicadores primários mais relevantes (NETO, 2006).

Assim sendo, a proposta aqui contida na construção de um índice novo espera facilitar o estudo de uma problemática mutifacetada, organizando indicadores primários de duas metodologias reconhecidas cientificamente, simplificando as informações da cidade de Ji-Paraná para potencializar o conhecimento adquirido sobre ela com foco na redução das desigualdades sociais.

a) <u>No Índice de Exclusão Social da cidade de São Paulo (IEX):</u>

O IEX foi desenvolvido pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1996, com a finalidade de mostrar em um mapa, “Mapa da Exclusão/Inclusão Social”, as diferenças sociais de pobreza e exclusão para dar suporte à elaboração de políticas públicas de inclusão social (SPOSATI, 1996).

A criação do IEX foi justificada na impossibilidade de se conceber um projeto de desenvolvimento sem diminuir as desigualdades sociais denotando que o desenvolvimento tem que ser com responsabilidade social. Composto de 46 indicadores, buscava-se analisar os 96 distritos da cidade de São Paulo a fim de estabelecer parâmetro entre o melhor o pior territorialmente, segundo características daquilo que internacionalmente chamou-se de Estatuto Universal da Condição Humana. Tal tarefa, também, fazia parte da construção de estratégias de implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), uma vez que a efetividade da lei dependia do estabelecimento de um padrão mínimo de inclusão social.

Essa experiência paulista deu suporte à criação por Porchmann e Amorim ao Atlas de Exclusão Social do Brasil. Segundo Carolina Andion o Atlas da Exclusão Social do Brasil mostra que a estratificação social gerada nos primórdios da historia do país foi mantida, fazendo com que o país se caracterize, ainda hoje, como uma nação que se preocupa mais em atender às solicitações exógenas, do que em responder às necessidades básicas da sua população.

No cálculo do índice, de enfoque municipal, o IEX considera temas ou utopias que explicam aspectos importantes no desenvolvimento de uma sociedade socialmente sustentável, indicadores que expressam as principais carências da população as quais cabe destacar: a não disponibilidade de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde, ou seja, condições básicas para a sobrevivência, o que define a exclusão dessas pessoas.

As utopias, tendo por base o conceito de desenvolvimento humano implantado pela ONU/PNUD, são as seguintes: autonomia, equidade, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Estas utopias são mostradas a seguir no Quadro 3:

UTOPIA	ÍNDICE	INDICADOR COMPOSTO	VARIÁVEIS
AUTONOMIA	Autonomia de renda	Precária Condição De Sobrevivência Familiar	Chefes de Família abaixo da Linha de Pobreza (Sem Rendimento)
			Chefes de Família na Linha de Pobreza (com ganho até 2 SM)
		Distribuição de Renda	Chefes com ganho até 1 SM
			Chefes com ganho de 1 a 2 SM
			Chefes com ganho de 2 a 3 SM
			Chefes com ganho de 3 a 5 SM (Padrão Básico de Inclusão)
			Chefes com ganho de 5 a 10 SM
			Chefes com ganho de 10 a 15
		Emprego	Oferta de Emprego
DESENVOLVIMENTO HUMANO	Desenvolvimento Educacional	Escolaridade Precária	Chefes de Família abaixo da Linha de Pobreza (Sem Rendimento)
			Chefes de Família na Linha de Pobreza (com ganho até 2 SM)
		Desenvolvimento Educacional	Ch. com ganho até 1 SM
			Ch. com ganho de 1 a 2 SM
			Ch. com ganho de 3 a 5 SM (Padrão Básico de Inclusão)
			Ch. com ganho de 5 a 10 SM
			Ch.com ganho de 10 a 15
		Estímulo a Educação	Crianças alfabetizadas precocemente (entre 5 e 9 anos)
			Crianças alfabetizadas tardiamente (entre 10 e 14 anos)
	Delinqüência Juvenil	Presença de Violência	Casos de furto
			Casos de roubos
			Casos de roubos de veículos
			Casos de homicídios

Quadro 3 – Metodologia da construção dos indicadores do IEX da cidade de São Paulo. Fonte: Mapa da exclusão/inclusão social de São Paulo, 1996. Elaboração própria

A utopia denominada de autonomia descreve a capacidade dos indivíduos de satisfazerem seus direitos humanos fundamentais a partir do volume de recursos financeiros que possuem, rendas ou salários. Explica também o grau de desigualdade na distribuição da riqueza na sociedade considerando a forma como se distribui a renda e a capacidade de gerar emprego. No que cerne o desenvolvimento do homem, o IEX incorpora a preocupação com o acesso a educação e o nível de violência resultante de políticas sociais falhas; considera também a qualidade de vida em relação as variáveis de acesso a serviços sociais básicos, e finalmente a utopia denominada de equidade com base no papel da mulher na sociedade. “O Mapa da Exclusão Social/Inclusão Social de São Paulo estabelece uma régua relacional referida a um ponto que é o padrão básico de inclusão social, e analisa a realidade pelo distanciamento positivo e negativo desse ponto.” (KOGA**,** 2001, p.148).

Para o cálculo do IEX se requer determinar o índice de discrepância (IDI) por variável, ou seja, a distância entre o que é considerado melhor ou pior em determinado território.

Melhor (M)_____Pior (P) = P/M

1 n

Por exemplo: no distrito de Tiradentes somente 0,10% dos chefes de família ganham mais de 30 salários mínimos, enquanto que no distrito de Morumbi esse valor é de 42,7%, isso quer dizer que a concentração de renda encontra-se mais no Morumbi do que em Tiradentes.

0,10%_____42,7 =416 vezes

Cidade Tiradentes Morumbi

As fontes de dados para a construção dos mapas de exclusão/inclusão da cidade de São Paulo foram: os dados desagregados do Censo Demográfico do IBGE/1991, as aspirações dos 300 grupos de bairros consultados para a incorporação do senso comum e os dados oficiais das várias secretarias municipais (planejamento, família e bem estar social, segurança pública, entre outros).

Os indicadores e as variáveis foram qualificadas conforme cada utopia a partir de uma escala da condição de excluído ou de incluído com valores entre -1 a +1, sendo o valor 0 (zero) o padrão básico de inclusão social. Esse procedimento permite a transformação dos números absolutos em números relativos.

A tabela a seguir ilustra o cálculo do índice:

Tabela nº2 – Demonstrativo do cálculo do IEX/SP

Bairro	População	Ch. Com renda acima de 20 SM	%	Índice
"A"	1300	220	0,16923	0,00
"B"	830	210	0,25301	0,26
"C"	370	180	0,48649	1,00
TOTAL	2500	610	-	-
Valor mínimo **Valor máximo**			0,16923 0,48649	

Nota:

$$0 \text{ a } +1 = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Fonte: www.nese.unisanta.br/ies. Acesso realizado em 02/12/2008.

Na representação cartográfica dos distritos as discrepâncias são representadas por cores, onde quanto mais escura a tonalidade maior a distância do padrão de inclusão, ou daquilo considerado desejável para uma sociedade (KOGA,2003).

O quadro abaixo exemplifica os padrões territoriais de inclusão social de acordo com a autonomia, para o caso de São Paulo.

UTOPIA	**-1,00**	**-0,75**	**-0,50**	**-0,25**	**0**	**0,25**	**0,50**	**0,75**	**1,00**
Autonomia	Distrito onde não há oferta de emprego	Distrito em que a oferta de emprego é de 0,08 a 0,18 por pessoa	Distrito em que a oferta de emprego é de 0,19 a 0,28 por pessoa	Distrito em que a oferta de emprego é de 0,29 a 0,37 por pessoa	Distrito em que a oferta de emprego é de 0,3 a 0,55 por pessoa	Distrito em que a oferta de emprego é de 0,60 a 1,7 por pessoa			

Quadro nº4 - Descrição dos padrões territoriais de inclusão/exclusão da utopia autonomia. Fonte: Mapa da exclusão/inclusão social de São Paulo, 1996. Elaboração própria

O Índice de Exclusão/Inclusão Composto é formado pela agregação das variáveis, através de uma média ponderada dos resultados encontrados por utopia.

$$IEX = 0{,}25 \times \sum^{\substack{autonomia \\ qualidade\ de\ vida \\ desenvolvimento\ humano \\ equidade}}$$

b) <u>Índice de Desenvolvimento Social do Ceará – IDS-CE:</u>

O IDS - CE foi elaborado por duas instituições governamentais: o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e a Secretaria do Planejamento e Coordenação do Ceará (SEPLAN) e teve a intenção de mensurar o grau de desenvolvimento social do Ceará para apoiar as decisões políticas do governo. O primeiro trabalho foi lançado em 2003, inspirado no documento Declaração do Milênio (ONU), que estabeleceu metas de desenvolvimento a serem cumpridas até 2015 pela sociedade civil e governos. A sua metodologia estabelece as dimensões de educação, saúde, condições de moradia, emprego e renda como aspectos preponderantes da vida social para definir um grau de inclusão social.

A equipe gestora do projeto dividiu o cálculo do IDS-CE em duas fases distintas: IDS-R (índice de desenvolvimento social de resultado) e o IDS-O (índice desenvolvimento social de oferta). O IDS-R, identifica o painel situacional de cada município e onde estão os maiores gargalos de exclusão social a serem eliminados; o IDS-O identifica a atuação gerencial do

governo, por programa/política publica, demonstrando se suas ações estão em acordo com as prioridades identificadas no IDS-R.

Segundo o IPECE, o método de cálculo do IDS-R e do IDS-O consiste em padronizar os indicadores selecionados, considerando-se valores de 0 a 1, respectivamente, para os piores e melhores resultados dos municípios. Assim, um indicador "I" padronizado para o município "i" foi obtido a partir da seguinte fórmula:

$$I_{pi} = \frac{I_i - I_{min}}{I_{max} - I_{min}}$$

Onde,

I_{pi} = *valor do indicador padronizado do município i*

I_i = *valor do indicador do município i*

I_{min} = *valor do limite inferior do indicador*

I_{max} = *valor do limite superior indicador*

Obtidos os indicadores, para calcular o IDS de cada município em cada dimensão, utiliza-se o seguinte procedimento:

$$IDS_{ij} = \frac{\mu_{ij}}{1 + (\sigma_{ij}/2)}$$

Onde,

IDS_{ij} = *Índice de Desenvolvimento Social do município na dimensão j;*

μ_{ij} = *Média dos indicadores padronizados do município i na dimensão j; e*

σ_{ij} = *Desvio padrão dos indicadores padronizados i na dimensão j*

O índice final – IDS – é uma média ponderada dos índices das dimensões da seguinte forma:

$$IDS = 0{,}225 \times (IDS_{EDUC} + IDS_{SAU} + IDS_{HAB} + IDS_{EMPR}) + 0{,}1 \times IDS_{DRUR}$$

Onde IDS EDUC representa a dimensão de educação, IDS SAU a dimensão de saúde, IDS HAB as condições de moradia, IDS EMPR o emprego e renda, e IDS DRUR o desenvolvimento rural.

O quadro abaixo demonstra sinteticamente as variáveis e as dimensões que dão suporte ao cálculo do índice cearense.

Indicadores/ Dimensões	Educação	Saúde	Condições de moradia	Emprego e renda
RESULTADOS	Taxa de escolarização do ensino fundamental	Taxa de mortalidade infantil	Proporção de moradores de domicílios urbanos com abastecimento de água	Consumo residencial médio de energia elétrica Índice de qualidade do emprego formal
	Taxa de escolarização do ensino médio Taxa de aprovação na 4ª série	Taxa de internação por AVC	Proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário	Número total de estabelecimentos com mais de 20 empregados
OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Proporção de professores do ensino fundamental com grau de formação superior;	Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre da gravidez	Taxa de cobertura de abastecimento de água urbano	Relação de matrículas no ensino médio pela matrícula total
	Proporção de professores do ensino médio com grau de formação superior Relação bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática por escola Pública	Proporção de crianças menores de 2 anos acompanhadas Proporção da população coberta pelo PSF	Taxa de cobertura de esgotamento sanitário urbano	Profissionais de saúde por mil habitantes Relação da malha rodoviária pavimentada pela área do município
	Relação equipamentos de informática por escola pública			

Quadro 05 - Apresentação da composição do IDS/CE conforme cada indicador. Fonte:IPECE/SEPLAN/2007. Elaboração própria

Os valores encontrados no cálculo do IDS são classificados em quatro categorias, onde cada uma possui um conceito (ou cor) de acordo com o valor auferido. Assim determinada cidade pode está posicionada como ruim (vermelho); regular (amarelo); bom (verde) ou ótimo (azul), como está exemplificado abaixo:

$0{,}000 \leq IDS < 0{,}300 \Rightarrow$ ruim

$0{,}300 \leq IDS < 0{,}500 \Rightarrow$ regular

$0{,}500 \leq IDS < 0{,}700 \Rightarrow$ bom

$0{,}700 \leq IDS \leq 1{,}000 \Rightarrow$ ótimo

Por conseguinte tais categorias são capazes de homogeneizar aspectos relevantes de desenvolvimento social contribuindo para estudos comparativos e indicativos de melhorias.

4.2.2 - Construindo a proposta do IDS-J

A partir da revisão bibliográfica e as duas metodologias referidas, IEX e IDS-CE, propôs-se a elaboração do índice sintético para a cidade de Ji-Paraná denominado de IDS-J.

Cabe mencionar que as metodologias citadas partem do entendimento concreto de que o alcance de um modelo ideal de desenvolvimento econômico é uma utopia a se alcançar por países, estados, municípios e regiões, contudo o desenvolvimento social é apresentado no meio do desenvolvimento econômico e como tal sofre as influências das flutuações do mercado e da insuficiente intervenção estatal, quando da elaboração de políticas públicas, por conseguinte no aumento da exclusão social, negando as diversidades sociais e a distribuição equitativa forma equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos. A exclusão social é o não acesso a serviços básicos, há de ser identificada por estes índices de forma micro ou macro, à medida em que pode ser encontrada em um bairro ou em uma cidade, para explicar a totalidade da desigualdade social do desenvolvimento.

É necessário frisar que o esforço em construir um índice de avaliação social não significa excluir a importância das outras dimensões que caracterizam o desenvolvimento sustentável. Na escolha dos temas e subtemas inclui-se a relação direta que a população a ser analisada possui com o meio ambiente onde está inserida, ou seja, renda e escolaridade caracterizam o acesso da população ao desenvolvimento humano e sua relação com o mercado econômico e de trabalho; já os temas saúde e qualidade de vida referem-se à relação entre o homem e o meio ambiente construído; e finalmente a dimensão institucional que avalia a atuação do Estado perante as convenções nacional, internacional e local através das diretrizes da Agenda 21.

De posse do marco conceitual, evidencia-se a escolha dos indicadores conforme o IEX/SP/1991 (autonomias) e o IDS/CE/2007 (educação, saúde, emprego, renda e condições de moradia), para que tal escolha seja a mais próxima da realidade estudada deve possuir historicidade, exeqüibilidade e continuidade (SCANDAR, 2006).

Assim sendo, com relação a metodologia do IEX/SP adotou-se a nomenclatura das utopias de Autonomia, Desenvolvimento Humano e Qualidade Ambiental, estabelecendo os indicadores renda, educação e condições de moradia (rede geral de água, coleta de lixo e saneamento básico) como critérios básicos da dignidade humana.

Já com relação ao IDS-CE, foi adotado a verificação da atuação gerencial do governo através da proporção de recursos de oferta de serviços de saúde e educação e os critérios de indicação de inclusão/exclusão, ou seja:

CONCEITOS	VALORES	POSIÇÃO
EXCLUÍDO	0,000 < IDS-J < 0,300	
REGULAR	0,300 ≤ IDS-J < 0,500	
BOM	0,500 ≤ IDS-J < 0,700	
INCLUÍDO	0,700 ≤ IDS-J < 1,0	

Quadro nº6 - Critérios de indicação de inclusão/exclusão social IDS-J. Fonte: IPECE/SEPLAN. Elaboração própria.

Por fim, considerando que o tema social envolve diretamente as pessoas e a elas cabe o papel de transformar seu ambiente, foi acrescentado à metodologia do IDS-J a busca de dados que identificassem a existência ou não da participação popular na avaliação e monitoramento das ações governamentais, através do número médio de conselhos regulamentados e instalados.

> Os conselhos municipais têm papel na ampliação da participação direta e qualificada das demandas locais, como também na elaboração e acompanhamento de políticas públicas setoriais já que em muitos casos, a existência do conselho é o pré-requisito para o aporte do recurso. Nas comunidades amazônicas o crescimento desses conselhos significa inserção política e gestão local. Isso tudo pode ser aferido por algumas das características desses conselhos como regulamentação e instalação, paridade, função deliberativa e administrativa de recursos no caso o fundo municipal (RIBEIRO, p.207, 2002).

Para justificar a importância do trabalho de construção de índices sintéticos, coloca-se a análise de Silva (2009, p.69) justifica que segundo a autora, a construção de um indicador que sintetiza a mensuração de duas ou mais grandeza em uma mesma escala facilita a análise de uma realidade com muitos problemas. Assim tal construção aproveitou um conjunto de procedimentos metodológicos de diversas iniciativas já existentes como o IDH, ISA, IASAM, IDS/IBGE, etc.

O IDS-J construído apresenta as dimensões explicadas, em sínteses, a seguir no quadro nº7

DIMENSÃO	UTOPIAS	INDICADORES
SOCIAL	AUTONOMIA	índice gini
	DESENVOLVIMENTO HUMANO	quantidade média de anos de estudo por grupo de idade
	QUALIDADE AMBIENTAL	percentual de domicílios que dispõe de serviços de abastecimento de água percentual de domicílios que dispõe de serviços de esgotamento sanitário
		percentual de domicílios que dispõe de serviços de coleta de lixo
	POLÍTICA	nível de utilização dos recursos alocados no sistema de saúde
		nível de utilização dos recursos alocados no sistema ensino/educação nº médio de conselhos municipais regulamentados e instalados

Quadro nº7 – Demonstrativo das dimensões do IDS-J. Fonte: Elaboração própria.

1 – <u>Autonomia:</u> representada pela variável renda dos chefes de família tenta identificar se o ganho obtido com o trabalho de cada indivíduo é suficiente para o sustento de sua família. Para tal aferição, foi utilizado o Índice Gini do município, que explica a desigualdade da distribuição de renda familiar;

<u>2 – Desenvolvimento Humano:</u> com a variável chefes de família por anos de estudos explica-se a capacidade humana de cada chefe de família competir no mercado de trabalho. Para esta aferição foram utilizado os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD e os dados do Censo 2000/IBGE de Ji-Paraná;

<u>3 – Qualidade ambiental</u>: aferida através do usufruto e distribuição de equipamentos sociais mantidos pelo Estado como saneamento básico, água encanada e coleta de lixo, que por sua vez garantam qualidade de vida aos indivíduos e preservação do meio ambiente. Os dados foram fornecidos pelo DATASUS e do Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD/2003;

<u>4 – Política:</u> escolhida como meio de identificar se há participação popular no monitoramento das políticas públicas e na fiscalização da oferta de serviços públicos. Os indicadores aferidos têm por base os preceitos da nossa carta magna/1988, eles identificam o número de recursos de oferta de serviços de saúde, educação e o nº médio de conselhos municipais regulamentados e instalados. A fonte de dados foi: IBGE@Cidades 2008; Atlas do Desenvolvimento Humano/ PNUD/2003 e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/INEP/2007.

4.2.3 - Transformação das variáveis em índices

A fórmula estabelecida para a conversão das variáveis em indicadores segue a mesma orientação do IDH tradicional, em que se transformam as variáveis em um intervalo linear entre 0 (zero) e 1 (um), com pesos iguais para a conversão dos indicadores. Nesse procedimento foi estabelecido três características significantes para a escolha dos indicadores: primeiramente a existência de dados municipais confiáveis e de fontes oficiais; em segundo, que estes tivessem sentido claro e fácil de ser comprovado; e por último a correção do sentido da variável, deixando sempre no sentido lógico positivo através da fórmula abaixo:

$$1 - \left(\frac{Xobservado - Xmínimo}{Xmáximo - Xmínimo}\right) = \frac{Xmáximo - Xobservado}{Xmáximo - Xmínimo}$$

A sintetização ou agregação dos diversos indicadores de cada utopia pode ser realizada através de vários meios estatísticos, Silva (2009), Costa (2008), Ribeiro (2002), Siena (2002) e Scandar Neto (2006) apontam, por exemplo, a média aritmética; a técnica de análise multivariada de Componentes Principais e a Análise Multicritério. Neste trabalho se fez a opção pela média aritmética (pesos iguais), pelo fato de que o estudo focaliza somente a dimensão social e que todos os indicadores usados são igualmente importantes, sendo o IDS-J determinado por:

$$\sum^{\substack{autonomia \\ qualidade\ de\ vida \\ desenvolvimento\ humano \\ política}} : 4 = \textbf{IDS-J}$$

O IDS-J se calcula mediante a somatória dos valores das diferentes utopias, dividido pelo número de utopias, cálculo este encontrado no apêndice do trabalho.

4.3 – Tratamento e apresentação dos resultados

As informações coletadas mediante a pesquisa no Censo 2000, foram organizadas por utopias e tratadas com o Excel do Windows/Microsoft para a elaboração dos índices parciais de cada utopia. Posteriormente foi feito o cálculo do ÍDS-J geral, e cada momento foi apontado às dificuldades especificas do desenvolvimento social do município. A avaliação do IDS-J segue a classificação contida no Quadro nº8, página 61.

4.4 - Tipo de pesquisa

Em síntese o estudo proposto constitui um estudo de caso. Esta forma de pesquisa busca investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2005). A escolha pela realização de um estudo de caso deu-se pelo fato da aproximação da pesquisadora com o objeto de estudo e com o objeto definido de sua profissão, ou seja, a experiência profissional como assistente social na cidade de Ji-Paraná, e as diversas questões sociais demandadas pelo seu cotidiano no Fórum local.

A pesquisa realizada foi do tipo quali-quantitativa. Pelo aspecto quantitativo considerou-se os índices socioeconômicos oficiais sobre o município. E no qualitativo, a

partir da elaboração do índice de desenvolvimento social justo (IDS-J), se descreveu a qualidade desse desenvolvimento.

4.5 - Limitações do trabalho

As limitações mais comuns neste tipo de pesquisa são:

1 – A falta de informações mais atualizadas, uma vez que a pesquisa censitária e os dados desagregados do IBGE/2000 só ocorrem de 10 em 10 anos.

2 – A escolha das variáveis ficaram restritas aos temas investigados pelo IBGE;

3- Não foi realizada consulta prévia aos envolvidos nesta pesquisa, Prefeitura, moradores,órgãos, etc., com relação a escolha dos indicadores locais e as aspirações desejadas por eles (qualitativa), conseqüentemente pode-se não está sendo fiel aos reais anseios da população de Ji-Paraná.

4 – A necessidade de realizar adaptações nas metodologias que serviram de base, uma vez que estas foram elaboradas para um contexto histórico e geográfico distinto de uma cidade média amazônica.

5 RESULTADOS E AVALIAÇÃO DO IDS-J PARA JI-PARANÁ

No mapa da Exclusão Social do Brasil, construído por Pochman e Amorim em 2003 com os dados do Censo 2000, a Região Norte encontra-se em uma posição de total exclusão, "porém os dados devem ser interpretados de forma relativa, devido à grande extensão territorial e à baixa densidade populacional dos estados que compõem a Região. Rondônia ocupa uma posição intermediária dentre os estados da Região Norte."[26]

Este capítulo contempla a análise qualitativa do desenvolvimento social de Ji-Paraná através do IDS-J, conforme proposto no objetivo geral do projeto de pesquisa. A construção do IDS-J foi feita a partir da preocupação em dimensionar até que ponto os cidadãos da cidade de Ji-Paraná encontram-se amparados socialmente pelo Estado e se estes possuem oportunidades suficientes para concorrerem no mercado de trabalho. Para atingir tal objetivo, foi estipulado um método de transformação das variáveis encontradas no CENSO 2000/IBGE, ATASUS/Ministério da Saúde, CENSO Escolar/2000, Atlas do Desenvolvimento/PNUD/2003, para uma escala de intervalo linear entre zero e um, com pesos iguais para a conversão dos indicadores, seu cálculo é apresentado no Apêndice A desta dissertação.

5.1 – Resultado da utopia Autonomia:

A Tabela abaixo apresenta o panorama sintético dos indicadores utilizados para a análise da utopia de autonomia da cidade de Ji-Paraná:

[26] SENAC, DN. Indicadores Sociais: Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Exclusão Social dos municípios da Rede Básica do SENAC.

Tabela 3 – Esquema dos indicadores transformados da utopia Autonomia

	UTOPIA	VARIÁVEL	%	INDICADOR PRIMÁRIO	INDICADOR CONVERTIDO	IDS-J
I D S J	**Autonomia**	Chefe de família sem rendimento	6,77	**Índice Gini do rendimento domiciliar per capita**	**0,4**	**0,4**
		Chefe de família com até ¼ salário mínimo	0,19			
		Chefe de família com ¼ a ½ salário mínimo	1,05			
		Chefe de família com ½ a ¾ do salário mínimo	2,0			
		Chefe de família com renda de ¾ a 1 salário mínimo	15,63			
		Chefe de família com mais de 1 a 11¼ do salário mínimo	2,18			
		Chefe de família com mais de 1 1¼ a 1 1 ½ do salário mínimo	6,86			
		Chefe de família cm mais de 1 ½ a 2 salários mínimos	16,38			
		Chefe e família com mais de 2 a 3 salários mínimos	13			
		Chefe e família cm mais de 3 a 5 salários mínimos	14,68			
		Chefe e família cm mais de 5 a 10 salários mínimos	13,81			
		Chefe e família cm mais de 10 a 15 salários mínimos	3,2			
		Chefe e família cm mais de 15 a 20 salários mínimos	1,97			
		Chefe e família cm mais de 20 a 30 salários mínimos	0,84			
		Chefe e família com mais de 30 salários mínimos	1,27			

Fonte: Elaboração própria.

O indicador convertido e temático da cidade de Ji-Paraná ficou abaixo do índice Gini nacional e regional, expressando a desigualdade na distribuição de renda. Segundo os estudos regionais sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para a Região Norte, os números do Índice Gini 2000, se comparados ao ano de 1991, apresentaram uma desigualdade de renda maior, mediante tais resultados o relatório propõe a redução pela metade a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia. Com o IDS-J de autonomia igual a 0,4, a cidade de Ji-Paraná apresenta a incapacidade de seus cidadãos para satisfazer suas necessidades.

5.2 – Resultados da utopia Desenvolvimento Humano:

No que tange a conversão dos indicadores de desenvolvimento humano em educação, por chefe de família, os resultados seguem o mesmo desempenho da utopia anterior onde os chefes de família possuem baixa escolaridade, por conseguinte o indicador temático fica abaixo das balizas estipuladas. A tabela a seguir ilustra os resultados obtidos nesta utopia:

Tabela 4 - Esquema dos indicadores transformados da utopia Desenvolvimento Humano

	UTOPIA	VARIÁVEL	%	INDICADOR PRIMÁRIO	INDICADOR CONVERTIDO	IDS-J
I D S J	**Desenvolvimento Humano** **Educação**	Chefe de família sem instrução ou menos de um ano de estudo	16,18	**Quantidade Média de anos de estudo por chefe de família**	**0,026**	**0,026**
		Chefe de família com 1 a 3 anos de estudo	18,59			
		Chefe de família com 4 a 7 anos de estudo	35,36			
		Chefe de família com 8 a 10 anos de estudo	12.21			
		Chefe de família com 11 a 14 anos de estudo	13,68			
		Chefe de família com 15 ou mais anos de estudo	3,52			

Fonte: Elaboração própria.

Pelo valor do índice IDS-J desta utopia de 0,026 < 0,300, o desenvolvimento do sistema educacional de Ji-Paraná é excludente.

Para atingir um nível aceitável desta utopia necessário se faz a junção das forças sociais e estatais para erradicação dos fatores que contribuíram para a estagnação do sistema educacional. Segundo o relatório elaborado pela UFPA (Universidade Federal do Pará) sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a Região Norte no ano de 2007, a região Norte teve uma piora entre 1991 a 2004, pois mostrou que o sistema não consegue reter os alunos do ensino fundamental nas séries seguintes, enquanto a média da região Norte foi de 7.5 para o ensino fundamental e de 10.4 para o ensino médio em 2004. No mesmo ano, Rondônia teve uma evasão de 10.9 e 15 nas respectivas séries.

5.3 – Resultados da utopia de Qualidade de Vida e Ambiental:

A tabela 5 seguinte identifica um indicador regular quanto a qualidade de vida no ambiente construído, abrangendo saneamento básico, coleta de lixo e água encanada.

Tabela 5 - Esquema dos indicadores transformados da utopia qualidade de vida e ambiental

	UTOPIA	VARIÁVEL		%	INDICADOR PRIMÁRIO	INDICADOR CONVERTIDO	IDS-J
I D S J	Qualidade de Vida e ambiental	Abastecimento de água	Rede geral	30,76	Percentual de domicílios que dispõe de serviços de abastecimento de água	0,31	0,43
			Poço	47,26			
			Outros	0,36			
		Saneamento Básico	Rede geral	3	Percentual de domicílios que dispõe de serviço saneamento básico	0,25	
			Fossa séptica	7			
			Fossa rudimentar	80			
			Vala	3			
			Rio	2			
		Lixo	Coletado	73	Percentual de domicílios que dispõe de serviços de coleta de lixo	0,73	
			Não Coletado	27			

Fonte: Elaboração própria.

O indicador de coleta de lixo elevou o índice geral por está na média estabelecida pelo Ministério da Saúde, entretanto o indicador esgotamento sanitário tem baixo desempenho demonstrando descaso do poder público com a saúde coletiva.

5.4 – Resultados da utopia Política:

A utopia Política inserida com a intenção de identificar a proposta governamental na oferta de serviços, implementação de políticas públicas e participação popular revelou a não existência de conselhos de direitos instalados, o que deixou o índice na média. O quadro a seguir sintetiza os resultados obtidos nesta utopia:

Tabela 6 - Esquema dos indicadores transformados da utopia política

	UTOPIA	VARIÁVEL		INDICADOR PRIMÁRIO	INDICADOR CONVERTIDO	IDS-J
I D S J	**Política**	**Educação**	**Nº de instituições com o ensino pré-escolar**	**Oferta de acesso ao pré-escolar**	**0,38**	**0,54**
			Nº de instituições com o ensino fundamental	**Oferta de acesso ao ensino fundamental**		
			Nº de instituições com o ensino médio	**Oferta de acesso ao ensino médio**		
		Saúde	**Nº de profissionais de saúde**	**Número de médicos por 1000 hab :0,20**		
			Nº de hospitais	**Número de leito por 1000hab:: 0.122**	**0,16**	
		Participação popular	**Situação do conselho municipal de saúde**	**Existência do conselho municipal de saúde**	**0,000**	
			Situação do conselho municipal de assistência social	**Existência do conselho municipal de assistência social**		
			Situação do conselho municipal de educação	**Existência do conselho educação**		
			Identificação das metas da Agenda 21 local	**Existência da Agenda 21 local**		

Fonte: Elaboração própria

O IDS-J desta utopia revelou que o governo do município teve um desempenho bom, de 0,54 < 0,7 indicando que na atualidade a oferta de serviços públicos e a política podem estar propiciando melhor desenvolvimento social.

5.5 – O resultado do IDS-J para Ji-Paraná:

O resultado a que se propôs essa pesquisa detectou um índice de desenvolvimento social para a cidade de Ji-Paraná de 0,35. Considerando este resultado pode-se dizer que a cidade de Ji-Paraná, apresentou um desenvolvimento social regular, o que colocou xeque a justiça social desse desenvolvimento. O quadro a seguir sintetiza o IDS-J de Ji-Paraná.

UTOPIAS	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
Autonomia		0,4		
Desenvolvimento humano	0,026			
Qualidade de vida e ambiental		0,43		
Política			0,54	

Quadro nº8 - Resultado final do IDS-J de Ji-Paraná
Fonte: Elaboração própria.

Os dados foram relacionados também com a Agenda 21 e com as intenções da ONU para o milênio, pois tais documentos se complementam no que tange ao engajamento do governo e da sociedade civil em prol do desenvolvimento social.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o conceito de desenvolvimento fez surgir vários estudos com a intenção de medir sua dimensão, no entanto os primeiros estudos foram unidimensionais sendo a dimensão econômica o centro das atenções. Neste estudo foi proposto uma interpretação mudimensional do conceito de desenvolvimento, considerando o social a dimensão mais importante do conceito. A ECO-92 pode ser considerada o pontapé inicial para a mudança da preocupação mundial e o Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001) a caracterização da participação popular por um mundo mais justo.

Como canal de envolvimento local da sociedade podemos citar a Agenda 21, fruto da Eco-92, e os Oito Objetivos do Milênio, pacto assinado com 189 países em setembro/2000, constituindo-se importantes documentos em prol do combate a fome e a pobreza no mundo. A Agenda 21 oportuniza uma aproximação do cidadão comum com as decisões políticas que afetam a sua vida cotidiana.

Na dimensão social se configura a forma como uma sociedade estrutura suas instituições sociais e políticas, assim o conceito de desenvolvimento deverá priorizar o homem e seu espaço. Se considerarmos que o desenvolvimento de Rondônia foi uma decisão imposta, onde o desenvolvimento local se estruturou para atender demandas externas e um desenvolvimento desigual das outras regiões brasileiras, pode-se concluir que o atual estágio de desenvolvimento social regional é fruto de ações governamentais excludentes e paliativas.

Neste estudo procurou-se avaliar o desenvolvimento social do município de Ji-Paraná, através da construção de um indicador que abarcasse as principais dimensões da vida social: Renda, Educação, Qualidade de vida e ambiental e a participação Política e Popular com base em referências metodológicas de iniciativa da ONU quando da criação do IDH e de outras instituições brasileiras.

O IDS-J encontrado para a cidade de Ji-Paraná de **0,35** coloca este município em uma situação não confortável de sustentabilidade, contribuindo para isso a insipiente oferta de serviços públicos. O índice descreve um desenvolvimento excludente, em que a maioria da sociedade do município não usufrui dos benefícios da economia local e/ou as políticas sociais não permitem homogenizá-lo. Daí que o desenvolvimento social desse município seja injusto.

Nesta conclusão, as utopias que mais contribuíram foram as de autonomia (0,4), a de desenvolvimento humano e educação (0,026) e a da qualidade de vida (0,43). Assim, a população em questão não está apta para satisfazer suas necessidades básicas pela má

distribuição de renda, da mesma forma que o baixo nível de escolaridade tornar-se um obstáculo para sua inserção no mercado de trabalho.

A combinação desses fatores leva a que esses indivíduos optem por um modo de vida de baixa qualidade, no entanto a utopia política , com IDS-J de 0,54, aponta como um bom desempenho do governo local para superar as dificuldades expostas nas outras utopias. Ao se contar com dados mais recentes , o IDS-J poderia apresentar melhorias.

Apesar das limitações metodológicas apontadas no Capítulo 4 desta dissertação, o estudo contribuiu para a compreensão de que o desenvolvimento requer colocar o homem no seu centro e que são as suas melhorias econômicas, educacionais, de saúde e ambientais que o garantem.

As principais recomendações deste trabalho são:

- maior intervenção do governo local na efetivação das políticas públicas;
- pressão da sociedade civil organizada;
- realimentação da metodologia proposta com novos dados atualizados;
- envolver as instituições de ensino superior local na criação de observatórios de pesquisa sobre os dados sociais do município e a elaboração de projetos de monitoramento das políticas públicas
- elaboração da Agenda 21 do município.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Os Latifúndios do INCRA**. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2007.

ANDRÉ, João Vicente. **A Produção Camponesa Em Foco: Desenvolvimento Endógeno, Gravitação e Cálculo Econômico de Base Agrária no Nordeste Paraense.** Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. NAEA/UFPA, 2004.

ANDION, Carolina. **Atlas de Exclusão Social do Brasil**. Revista FAE Business, nº 9, 2004.

BATISTA, Israel Xavier. **Desenvolvimento sustentável em Rondônia: políticas públicas, desmatamento e evolução socioeconômica**. Dissertação de mestrado em Geociências. UEP/Campus Rio Claro, 2001.

BASSEGIO, Francinete; PERDIGÃO, Luiz. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: A trajetória da ilusão**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica na Amazônia.** Estudos Avançados. São Pualo. Vol.19, nº53,p-p 71-86. 2005. Disponível em: http:www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S010340142005000100005&Ing=en&nlm=iso>http://dx.clo:org/101590/SO103_40142005000100004. Acesso realizado em 29/03/2008.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo terrirtoial y decentralización: El desarrollo em el lugar y em las manos de la gente.** EURE, septembre, año/vol.30, numero 090 – Pontífica Universidad Catolica de Chile, 2004.

BRAGA, Ana Beatriz (Coord.); ABREU, Felipe Soares (colab.). SENAC, DN. **Indicadores Sociais: Índice de desenvolvimento humano e Índice de Exclusão Social dos municípios da rede básica do SENAC**. RJ: SENAC/DIPLAN/CAEP. 2003.

CANO, Gabriela Tedeschi. **Os Desafios do Desenvolvimento Humano da ONU, a partir do Relatório do Desenvolvimento Humano 1990.** Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais/PUC – SP. Disponível em: http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivo/defesas/gabrielapdf.

CHAGAS, Vladimir José. **Indicadores de Gestão Financeira na Prefeitura de Ji-Paraná.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2003.

COSTA, Gleimíria Batista da. **Indicadores e Índices de Desenvolvimento sustentável do Município de Guajará Mirim (RO)**. Porto Velho: PPGDRA/UNIR, 2008.

DALY, Herman E. **Crescimento Sustentável: Um Teorema da Impossibilidade.** Gaia.1992.

DEMO, PEDRO – **Desenvolvimento e Política Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília. ED. Universidade de Brasília, 1978.

DIEGUES, Antonio Carlos e MOREIRA, André de Castro C. (organizadores). **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Macahdo. Rio de Janeiro: Edições Graal.1979.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico.** Ed. Paz e Terra, 4ª edição. 1974.

_____. **O Novo Brasil**. Disponível em HTTP://gab.miltontemer.sites.uol.com.br/tribuna_debates/307.html. Acessado em 29/09/2009.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 12ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000**. Rio de Janeiro. Disponível em <http;//www.ibge.gov.br>

_____. **PIB dos municípios:1999-2002**. Disponível em <http;//www.ibge.gov.br> . Acessado em 19/112008.

_____.**Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000**. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica nº14. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http;//www.ibge.gov.br> Acessado em 19/03/2008.

INPE –**Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. IEX dos municípios**. Disponível em http://www.inpe.br/institucional/pesq_desenvolvimento.php Acessado em 01/04/2009.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - http://www.ipea.gov.br/default.jsp

IPECE. **Resultados do Índice de Desenvolvimento Social: A mensuração da inclusão social no Ceará**. Relatório elaborado pelo Governo do Estado de Ceará, Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).Fortaleza:IPECE,2009. In; http://www.ipece.ce.gov.br/categoria4/ids/IDS_2007.pdf, acessado em 2/10/2009

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, p. 51-71, jan./fev. 2002.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades, entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KIECKHÖFER, Adriana Migliorini. **Promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de municípios.** Tese (Doutorado) Engenharia de Produção, Área de Concentração em Gestão Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis:- SC: 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionalismo**. Trad. Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez Editora. 1998.

MALUF, R. **Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento**. Estudos: Sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n.15, outubro. 2000.

MARCHETTO, Margarida. **Água subterrânea em Ji-Paraná.** Artigo postado no Portal ECODEBATE em 23/07/2009. www.ecodebate.com.br.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte**. Disponível em www.virtual.ucminas.br/idhs/pdf. 2002. Acesso realizado em 02/04/2009.

NÓBREGA, Renata da Silva. **Contra as 'invasões bárbaras', a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: São Paulo. 2008

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmílson de Souza (org.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

PEDROSO, Marcel de Moraes. **Desenvolvimento Humano no município de São Paulo (2000)**. Dissertação de Mestrado sob a orientação do Profº Doutor Ladislau Dowbor. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/UFPA, 2004

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Brasília: PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2003. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/. Acesso em 10/10/2009.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Região Norte**/PNUD/IDHS/PUC Minas, UFPA. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2007. Disponível: www.pnud.org.br/dm/index.php. Acesso realizado em 20/03/2009.

POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Ed. 2004.

RIBEIRO, Adagenor Lobato . **Modelo de Indicadores para mensuração de desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Tese (Doutorado Ciências: Desenvolvimento Sócio Ambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém. 2002.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecossocioeconomia:Teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SANTAGADA, Salvatore. **Indicadores Sociais: Contexto social e breve histórico.** Revista FEE, vol. 20, nº41.1993. Disponível em: http://revistasfee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/758/1013.

NETO, Wadih João Scandar. **Síntese que organiza o olhar: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses**. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas sociais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/RJ, 2006.

SEN, Amartya. **Keynote speech: A decade of Human Development**. Mimeo. Discurso pronunciado no Primeiro Fórum Global sobre Desenvolvimento Humano realizado em Nova York, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad: Laura Teixeira Mota. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SIENA, Osmar. **Método para avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado, Santa Catarina: CTC/PPGEP/UFSC. 2002.

SILVA, Rudmeire Maria Ferreira da. **Avaliação do desenvolvimento no município de Porto Velho sob a perspectiva da sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: PPGDRA/UNIR. 2009.

SILVA, Adnilson de Almeida. **Diagnóstico do meio antrópico do entorno da terra indígena Igarapé Lourdes**. Trabalho de socioeconomia realizado para a Associação de Defesa Etno Ambiental Kanindé. 2004. Pesquisado em setembro de 2009 em: www.mestradogeografia.unir.br/.../DissertImpactossocioculturaisIndigenas.pdf

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1982.

SPOSATI, Aldaísa. **Mapa da Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora da PUC-SP,1996.

STEINBERGER Marília; ALENCAR Taiguara Raiol. **Patamar Urbano de Poder na Amazônia Brasileira: Uma proposta preliminar para discussão.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20 a 24 de Setembro de 2004. Pesquisado em setembro 2008 em: www.abep.nepo.unicamp.br/enconto2004.

TEIXEIRA, Marcos Antonio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana. 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

APÊNDICE

DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS DOS INDICADORES COMPONENTES DO IDS-J

Quadro 9 – Cálculo dos indicadores das utopias Autonomia e Desenvolvimento Humano

UTOPIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS
AUTONOMIA	**Chefe de família com renda**	Indicador: Índice Gini Descrição: É um índice que expressa o grau de igualdade, riqueza ou pobreza de um país, região ou município, é representado numa escala que varia de 0 a 1, expressando o mínimo e o máximo grau de desigualdade Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Método de mensuração: A curva de Lorenz Indicador municipal: 0,46 Balizas do indicador: 0,44 - 0,49, desempenho estadual Escala: 0 – 1 Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ Indicador convertido: 0,4 **FONTE: IBGE CIDADES@/Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003**
DESENVOLVIMENTO HUMANO	**Chefe de Família por anos de estudos**	Indicador: Quantidade Média de anos de estudo por grupo de idade Descrição: O referido indicador determina o grau de aquisição de conhecimento e habilidades adquiridos por faixa etária como também a melhoria do padrão de acesso da população ao mercado de trabalho. Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Total de pessoas por anos de estudo: 61.346 População/2000: 106.800 habitantes Indicador municipal: 0,574 Balizas referem-se ao desempenho nacional dos municípios brasileiros no ano 2000: 0,810 - 9,650, Escala: 0 – 1 Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ Indicador convertido: 0,026 **FONTE: IBGE – Censo 2000; PNUD/2003 (Atlas do Desenvolvimento Humano/2000)**

Quadro 10 – Cálculo dos indicadores da utopia Qualidade de Vida e Ambiental

UTOPIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS
QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTAL	**Percentual de domicílios que dispõe de serviços de abastecimento de água**	Indicador: Percentual de domicílios que dispõem de serviços de abastecimento de água Descrição: O acesso universal aos serviços de abastecimento de água, em conjunto com a educação e a renda , tornam-se indicadores significativos para o acesso das pessoas a uma vida social digna. Os objetivos do desenvolvimento para o milênio incluem o alcance desta utopia como meta para uma sociedade sustentável, ou seja, uma sociedade é socialmente desenvolvida se somente se 100% de sua população possui acesso a rede geral de abastecimento Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Método de mensuração: média aritmética simples/ 1000 Indicador municipal: 30,8 Balizas referem -se ao desempenho nacional dos municípios brasileiros no ano 2000: 0,000 - 0,100 Escala: 0 – 1 Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ Indicador convertido: 0,30 **FONTE**: **IBGE – Censo 2000; PNUD/2003; Ministério da Saúde**
	Domicílios abastecidos com Saneamento Básico	Indicador: Percentual de domicílios que dispõem de serviços de esgotamento sanitário Descrição: O monitoramento do acesso a serviços públicos sanitários evidencia preocupação com a qualidade de vida da população no que tange a saúde e a padrões de igualdade social. Os objetivos do desenvolvimento para o milênio, incluem o alcance desta utopia como meta para uma sociedade sustentável, ou seja, um município é socialmente desenvolvido se somente se 95% de sua população possuir acesso a rede de serviços públicos de esgotamento sanitário Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Método de mensuração: razão percentual da população total que utiliza a rede de saneamento/ 100 Indicador municipal: 2.4 Balizas referem -se ao desempenho dos Estados brasileiros no ano 2007: 21,010 - 95,080 Escala: 0 – 1 Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ Indicador convertido: 0,25 **FONTE**: **IBGE – Censo 2000; DATASUS/2007UD/2003; Ministério da Saúde**

Quadro 11 – Cálculo dos indicadores da utopia Qualidade de Vida e Ambiental -

UTOPIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS
QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTAL	**Percentual de domicílios que dispõe de serviços de Coleta de Lixo**	Indicador: Percentual de domicílios que dispõem de serviços de coleta de lixo Descrição: Os objetivos do desenvolvimento para o milênio incluem o alcance desta utopia como meta para uma sociedade com qualidade de vida e distante de endemias, tais ações são correlatas com a preocupação social com o meio ambiente natural. Um município é socialmente desenvolvido se somente se 100% de sua população possuir acesso a serviços públicos de coleta de lixo Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Método de mensuração: média aritmética simples/ 1000 Indicador municipal: 73.2 Balizas referem -se ao desempenho nacional dos municípios brasileiros no ano 2000: 0,000 - 0,100 Escala: 0 – 1 Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ Indicador convertido: 0,73 **FONTE: IBGE – Censo 2000; PNUD/2003 (Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal)**
QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTAL	**Indicador temático**	**∑ dos indicadores primários : nº de indicadores** **∑ 0,30 + 0,25 + 0,73 = 1.28/3 = 0,43** **Indicador convertido: 0,43**

continuação

Quadro 12 – Cálculo dos indicadores da utopia Política

UTOPIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS
POLÍTICA	**Proporção de recursos de oferta de serviços de educação**	Indicador: Nível de utilização dos recursos alocados no sistema ensino/educação Descrição: A oferta de recursos, pelo setor público, para o atendimento à educação em seus diferentes níveis indica o processo de efetivação da política educacional. É consenso internacional que o acesso a educação permite um acesso mais igualitário ao mercado de trabalho. Os objetivos do desenvolvimento para o milênio, incluem o alcance desta utopia como meta para uma sociedade sustentável Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Método de mensuração: Razão entre o ∑ nº de matrículas nos três níveis e a soma da população em idade para cada nível x 100 Escala: 0 - 1 Dados municipais necessários - pré-escolar: de 4 a 6 anos – 1.479 matrículas - fundamental: 7 a 14 anos – 19.256 matrículas - médio: 15 a 17 anos – 4.332 matrículas - Total de matrículas: 25.967 - Número de professores: 1.124 - pessoas residentes: 106.800 hab (ano 2000); Indicador municipal: 4,2 Balizas referem -se ao desempenho nacional dos municípios brasileiros no ano 2000: 0,810 – 9,650 Escala: Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ Indicador convertido: 0,38 **FONTE**: IBGE Cidades@ 2008; PNUD/ Atlas do Desenvolvimento Humano e IDEBE (Índice de Desenvolvimento Da Educação Básica) do/INEP/2007

Quadro 13 – Cálculo dos indicadores da utopia Política - continuação

UTOPIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS
POLÍTICA	**Proporção de recursos de oferta de serviços de saúde**	Indicador: Coeficiente dos recursos infra-estruturais de saúde Descrição: A oferta de recursos, pelo setor público, para o atendimento à saúde abrange a estruturação das unidades de atendimento e a disponibilidade de recursos humanos capacitados. Tais esforços, em conjunto com a educação, a renda, coleta de lixo, saneamento básico e rede geral de água tornam-se indicadores significativos para o acesso das pessoas a uma vida social digna. Os objetivos do desenvolvimento para o milênio, incluem o alcance desta utopia como meta para uma sociedade sustentável Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21 Método de mensuração: ∑ todos os recursos infra-estruturais em nº absolutos /total da população x 1000 Dados municipais necessários: - ambulatórios de unidade hospitalar geral - rede ambulatorial: 38 unidades; - centros de saúde/unidade básica - rede ambulatorial: 13 unidades; - consultórios médicos - rede ambulatorial: 145 unidades; - consultórios odontológicos - rede ambulatorial: 36 unidades; - hospitais: 01 unidade; - leitos hospitalares: 89 unidades; - postos de saúde - rede ambulatorial: 15 unidades; - pessoas residentes: 106.800 hab (ano 2000) - Balizas referem -se ao desempenho nacional dos municípios brasileiros no ano 2003: **a) leitos hospitalares: 1,330 – 5,670** **b) postos de trabalho médico: 0,000 – 7,270** - Indicadores primários: Médicos: 1,5 Leitos : 0,8 - Escala: 0 – 1 - Fórmula de conversão: $\frac{\text{valor observado-valor mínimo}}{\text{valor máximo-valor mínimo}}$ **Indicador convertido: médico: 0,20** **Indicador convertido para leitos: 0,12** **Indicador temático: ∑ dos indicadores primários/ nº de indicadores: 0,20 + 0,12/2 = 0,16** **FONTE: IBGE – Censo 2000; PNUD/2003(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/2000); DATASUS/2007**

Quadro 14 – Cálculo dos indicadores da utopia Política - continuação

UTOPIA	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DOS CÁLCULOS
POLÍTICA	**Nº médio de conselhos municipais regulamentados e instalados**	Indicador: Grau de descentralização e desconcentração administrativa na base municipal Descrição: O alcance desta meta objetiva identificar se as esferas púbicas, nos três níveis administrativos, possuem ações conjuntas em prol da comunidade local e se esta consegue administrar equitativamente seus recursos sociais. Tais conselhos têm representantes da sociedade civil e governamentais. Ligação com índice de sustentabilidade: Agenda 21, Sustentabilidade da administração local Método de mensuração: Média aritmética da situação dos diversos conselhos existentes no município: educação, saúde, assistência social, direitos da criança e do adolescente, trabalho, turismo, habitação, meio ambiente, transportes e política urbana Unidade de medida: Nº de conselhos **Indicador municipal: sem dados** Balizas referem -se ao desempenho nacional dos municípios brasileiros no ano: 0 - 1 **FONTE**: IBGE Cidades@ 2000; IBGE – Censo 2000; Prefeitura de Ji-Paraná
POLÍTICA	**Indicador temático**	**∑ dos indicadores primários/ nº de indicadores** **∑ 0,20 + 0,38 + 0,00 = 1.28/3 = 0,43** **Indicador convertido: 0,43**